

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS
ECONOMISTAS FORMADOS PELA UFSC NO
PERÍODO DE 1990-97

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM5420 - Monografia**

Por: Graciela Alessandra Dela Rocca

Orientador: Dr. Pedro Antônio Vieira

Área De Pesquisa: Educação e Trabalho

Palavras-chaves :

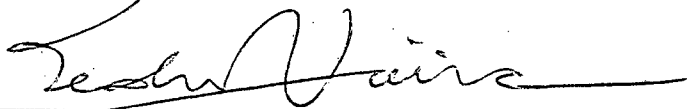
- 1) mercado de trabalho;**
- 2) economistas;**
- 3) UFSC;**

Florianópolis, julho de 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oit) a aluna Graciela Alessandra Dela Rocca na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.

Presidente



Prof. Helton Ricardo Ouriques

Membro



Edson Pozes Presidente do CORECON de SC

Membro

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Amir e Glória a quem devo minha existência, formação e minha realização profissional e pessoal.

A meu adorado filho Felipe, a quem tanto amo.

Aos meus irmãos, Joice, Christie, Jeferson e a minha cunhada Maria Elita, pela amizade, carinho e apoio recebidos.

Ao meu orientador, a quem tanto admiro, Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira, pelos conhecimentos transmitidos, pela paciência e dedicação total concedida para a elaboração desta monografia.

Aos professores do Departamento de Economia pela formação recebida, em especial aos professores Roberto Meurer, Silvio Cário, Hôyedo N. Lins, Celso L. Weydmann e Louis Westphal, devido ao respeito e grande admiração que tenho pelo trabalho desenvolvido por esses profissionais.

A João Rogério Sanson, Helton Ricardo Ouriques e Edson Pozes, pelo apoio e conselhos recebidos.

Ao meu querido amigo José Ricardo M. Dumsch, pelo carinho e assessoria prestada na parte informática deste trabalho.

A Marlene Pazeto do CORECON, a Luís Gonzaga do SENAC, a Aluízia do CAEn, a Evelise Elpo Silveira, José Maria Moraes, Neusa de Souza, Mauro Pereira, Delvina Martins, funcionários do departamento de Economia que tanto me ajudaram.

A todos os amigos cultivados no período de convivência no curso.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
-------------	----

LISTAS DE TABELAS.....	vii
------------------------	-----

LISTA DE ANEXOS.....	viii
----------------------	------

Capítulo I

1.Introdução.....	1
1.1 Metodologia.....	3

Capítulo II

2. Marco Teórico.....	6
2.1. Teoria da determinação dos salários e de seus diferenciais.....	6
2.2. Análise clássica.....	6
2.2.1 Teoria do Fundo de salários	6
2.2.2. Teoria do Fundo de salários de subsistência.....	7
2.2.3. Análise Marxista.....	8
2.2.4 Análise Marginalista Lewis.....	10
2.3. Análise Neoclássica.....	11
2.4 Diferenciais de salários entre ocupações, análise clássica.....	13
2.5. Diferenciais de salários entre ocupações, análise neoclássica.....	15

Capítulo III

3.Apresentação do Perfil da profissão de economista e das características do curso de economia.....	18
3.1. Atividades do Campo Profissional do Economista.....	18
3.1.2.Algumas características do curso de Economia da UFSC.....	19
3.2. Análise dos comentários sobre o curso de economia.....	22
3.3. Reclamações, matérias mais importantes	25

Capítulo IV

4. Análise dos Resultados da Pesquisa.....	27
4.1. Análise da avaliação do curso e os motivos que levaram os egressos a optar pela escolha do curso.....	27
4.1.2. Análise das atividades dos egressos.....	29
4.1.3. Análise das ocupações exercidas pelos egressos e os cursos realizados após a graduação.....	31
4.1.4 . Análise dos níveis dos cargos exercidos pelos egressos.....	32
4.1.5. Análise do tempo médio de início das atividades profissionais.....	34
4.1.6. Análise da dificuldades encontradas para trabalhar como economistas e os motivos pelos quais não exercem a profissão.....	35
4.1.7. Análise comparativa entre ocupação e renda.....	37
4.1.8 Análise das vantagens da formação acadêmica.....	40

Capítulo V

5. Análise da diferenças existentes entre os economistas do sexo masculino e do sexo feminino.....	41
5.1. Análise comparativa entre média de aproveitamento, níveis dos cargos e cursos realizados.....	47

Capítulo VI

6. Conclusão e recomendações	
6.1. Conclusão	50
6.2. Recomendações.....	52
NOTAS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de estudar a inserção dos economistas formados pela UFSC no mercado de trabalho, o grau de satisfação em relação ao curso, as atividades exercidas, os ganhos salariais que os egressos obtiveram com a formação superior e analisar as diferenças existentes entre os egressos do sexo masculino e feminino.

Neste sentido, inicialmente, realizamos a pesquisa com os formados, entrevistando 58 ex-alunos, no período de 1990 a 1997. No total temos 31 homens e 27 mulheres.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa podemos constatar:

Em relação a ocupação principal 48,3% trabalham no setor privado , 48,3% trabalham no setor público e temos 3,4% de desempregados. Não existem diferenças significativas entre os setores.

Quanto ao exercício profissional 34,5% dos graduados trabalham como economistas e 65,5% não exercem a profissão para a qual foram habilitados.

Quanto aos cargos exercido nas empresas 61,8% exercem cargos gerências e de nível superior, contra 38,2% que exercem cargos de nível técnico-administrativo e de nível intermediário.

Quanto a exigência de nível superior para a função ocupada nas empresas, 65,45% dos egressos disseram que suas empresas exigem nível superior para os cargos exercidos, contra 34,55% que disseram que suas empresas não exigem nível superior.

Quanto aos salários, existem diferenças significativos entre o sexo masculino e o feminino. Percebemos que 36% dos homens se concentram na faixa salarial de quinze a vinte salários mínimos e 52% das mulheres se concentram na faixa salarial de cinco a dez salários mínimos.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- curso de economia da UFSC, índice de aproveitamento , n.º de formados e vagas oferecidas por ano.....	9
TABELA 2- Economistas formados pela UFSC, n.º de formados, n.º de questionários e índice de aproveitamento médio de 1990 a 1997.....	9
TABELA 3- Economistas que exercem o exercício profissional e os que não exercem as atividades profissionais.....	30
TABELA 4- Ocupação dos egressos por ano de formatura.....	32
TABELA 5- Níveis dos cargos exercidos por homens e mulheres.....	33
TABELA 6- Tempo médio de início das atividades profissionais.....	34
TABELA 7 – Faixa de renda mensal segundo ano de formatura.....	38
TABELA 8- Comparação de salários entre setores.....	38
TABELA 9- Comparação entre ocupação e renda obtida.....	39
TABELA 10- Comparação entre o tempo médio para conseguir emprego e o nível salarial obtido.....	40
TABELA 11- Faixa de renda mensal de homens e mulheres por período de formatura	42
TABELA 12- Níveis dos cargos exercidos por homens e mulheres.....	43
TABELA 13- Comparação de renda entre homens e mulheres que exercem o exercício profissional e os que não exercem, no período de 90 –97.....	44
TABELA 14 – Ocupação entre homens e mulheres por setores.....	45
TABELA 15- Ocupação dos egressos.....	45
TABELA 16- Egressos que trabalhavam ou não no mesmo lugar antes de se formar.....	46
TABELA 17- Tempo médio de início das atividades profissionais, após a formatura.....	46

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1- Questionário aplicado aos egressos do curso de economia.....	56
ANEXO 2- Média de aproveitamento dos ex-alunos de economia.....	58

CAPÍTULO I

1-INTRODUÇÃO

Quando estudamos a relação existente entre formação escolar, trabalho e níveis salariais, estamos partindo do pressuposto que há um valor econômico intrínseco no processo educativo e este valor está embutido nos diferentes tipos de ocupações existentes.

Os economistas, de modo geral, sempre procuraram estimar os rendimentos econômicos advindos de diferentes níveis de educação. Através de equações matemáticas, de métodos técnicos e estatísticos, comparam as rendas recebidas em diferentes ocupações, com o custo que se requer para formar o pessoal apropriado para essas ocupações.

Diversos autores, como: Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, John Stuart Mill, entre outros abordaram em suas obras os fatores determinantes dos diferenciais salariais entre ocupações. Para a análise neoclássica, as ocupações que exigem um maior nível de qualificação e treinamento representariam um custo maior durante o período de aprendizagem (representado por salários não pagos) e como contrapartida, no equilíbrio, trariam uma taxa de retorno no mínimo igual aquela que poderia ser obtida em investimentos alternativos.

O interesse neste tema surgiu justamente no período de aprendizado no curso, quando nos deparamos com o teoria do capital humano. Esse é um discurso que está muito em voga atualmente, sendo a educação e o processo de treinamento da mão de obra, colocados como a solução mágica para todos os problemas sociais. Este fator acaba induzindo as pessoas a prosseguirem seus estudos, muitos indivíduos buscam a qualificação superior não porque consideram importante estudar para aprender coisas novas, mas sim, para ter um diploma de curso superior e com isso criam-se expectativas (verdadeiras ou não) de conseguirem melhores condições no mercado de trabalho, empregos mais aprazíveis e bem remunerados. Será que com um diploma de curso superior nas mãos os egressos conseguem melhores condições de trabalho?

A finalidade deste trabalho é estudar a inserção dos egressos da UFSC no mercado de trabalho. Mesmo tendo disponível pesquisas correlatas a nossa, como a pesquisa de Conceição (1997), a pesquisa do CAEn e a do COFECON, sentimo-nos atraídos pelo tema, porque a nossa pesquisa é mais específica e apresenta uma amostragem mais significativa que a apresentada nas duas primeiras pesquisas.

A pesquisa de Conceição é de excelente qualidade e teve como objetivo verificar o desempenho no 2º grau dos ingressantes no curso de economia, bem como também analisar as causas da evasão e a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Uma de suas maiores falhas foi que não distinguiu o sexo dos egressos e nem o número de questionários por ano de formatura.

A pesquisa do CAEn (Comissão de Avaliação de ensino da UFSC), foi feita por esta universidade entre 1996-97, com a intenção de conhecer a realidade profissional dos ex-alunos no mercado de trabalho. Para tanto, com base na relações dos formados disponíveis no DAE e dos endereços que conseguiram dos egressos no CORECON, foram remetidos 89 cartas-questionários. Não querendo desmerecer a sua importância, nos parece que o número de questionários que obtiveram de resposta apresenta um percentual muito baixo para demonstrar com clareza a situação dos ex-alunos no mercado de trabalho.

A pesquisa do COFECON (Conselho Federal de Economia) tem um nível mais abrangente e pretendia avaliar a situação dos economistas no mercado de trabalho brasileiro. Esta pesquisa foi realizada através dos registros dos economistas disponíveis em cada CORECON. Foram remetidos cartas questionários para os economistas (o índice de retorno dos mesmos foi de cerca de 20% por região) com a intenção de analisar diversos aspectos, como tempo atuação no mercado de trabalho, salários por ocupação, salários por idade dos economistas, atividades mais exercidas, etc.

Neste trabalho através da análise dos resultados da pesquisa desenvolvida com os egressos do curso de economia da UFSC pretendemos demonstrar :

- 1) a inserção dos egressos no mercado de trabalho, os principais campos de atuação dos egressos, as dificuldades encontradas no acesso no mercado de trabalho(principalmente das atividades reservadas para os economistas) e por quais motivos não exercem a profissão para a qual estão habilitados.

2) os ganhos salariais que os egressos obtiveram com a formação superior.

3) analisar as diferenças existentes entre homens e mulheres, em termos de faixa salarial, ocupações, cargos exercidos, tempo médio de entrada no mercado de trabalho, setores entre economistas que exercem o exercício profissional e aqueles que não exercem a profissão para saber se existem diferenças significativas entre os mesmos.

Para alcançar nossos objetivos, foi feita uma pesquisa de campo que será detalhada a seguir.

1.1. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com base em fontes primárias e secundárias de informação. O método utilizado é o descritivo comparativo.

Os dados secundários foram obtidos através das relações de formados disponíveis na secretaria do curso, no DAE (Departamento de Administração Escolar) e na COPERVE. Os dados primários foram obtidos através das entrevistas com 58 ex-alunos do Curso de Ciências Econômicas da UFSC. Adotamos como procedimento para as entrevistas, um questionário padrão para melhor tabulação dos resultados, que aplicamos aos egressos, no período compreendido entre 1990 e 1997.

Em virtude da dificuldade do empreendimento da pesquisa (sem apoio financeiro, pouco tempo disponível, sem ajudantes, endereços desatualizados) optamos pela entrevista pessoal, pois a taxa média de retorno de envio de correspondência é muito baixa.

Utilizamos várias formas de contato com os egressos, telefone, fone-fax, e-mail, entrevistas pessoais, todavia a forma mais utilizada foi o contato telefônico, pois representou ganhos significativos em termos de economia de tempo e de deslocamento.

Foram 55 tentativas de localização de endereço (chamadas telefônicas) mal sucedidas, pois como o período da amostra era extenso, a maior parte dos egressos haviam

mudado de endereço, ou voltaram para suas cidades de origens. Conseguimos a informação sobre o paradeiro de 5 egressos, um está morando em Curitiba, outro em Blumenau, outra mora em São Paulo, outra mora em Goiás e outra trabalha como economista em Criciúma, o que dá uma idéia do grau de mobilidade e de como é difícil a elaboração de uma pesquisa deste tipo.

No total foram 113 chamadas telefônicas (sem considerar que para a maioria das entrevistas efetuadas foram feitos mais de um contato); foram localizados alguns egressos através de contato entre os formados (alguns egressos mantêm amizade entre si), através da lista telefônica (que mostrou-se uma alternativa inviável porque a grande parte dos egressos não possui telefone em seu nome) e através dos registros do CORECON (24 entrevistados). Tínhamos como objetivo entrevistar 20% dos egressos, não conseguimos atingir esse número, porque deixamos de receber vários fax e e-mail. Também não conseguimos uma distribuição linear de amostragem, existindo uma irregularidade entre os anos.

É oportuno observar que a nossa pesquisa apresenta um viés porque a maior parte dos entrevistados mora na região da grande Florianópolis (somente três entrevistados moram em outras cidades, uma mora em Curitiba, outra em Chapeco e outro trabalha em Rio do Sul) e temos um percentual alto de associados ao CORECON (41% dos pesquisados pois em virtude do tamanho da amostra, foi essencial buscar fontes alternativas de atualização de endereço). O percentual de egressos da UFSC associados ao CORECON é baixo, dos formados de 1990 a 1997 somente 20% tem registro na entidade (78/388).

Deve ficar claro que não temos a pretensão de analisar o mercado de trabalho dos economistas formados em Santa Catarina, mas sim, a situação profissional dos economista formado pela UFSC, que descompromete a pesquisa de possíveis erros estatísticos, porque não estamos afirmando que a realidade do mercado de trabalho catarinense seja a que está sendo mostrada nos dados obtidos com a pesquisa.

Para avaliarmos a representabilidade e confiabilidade das informações obtidas com os 58 entrevistados, deve-se levar em conta, que O CAEn pesquisou os formados de 1990-96 e com base em 18 respostas de 89 questionários enviados (só consideraram o número de questionários enviados e não o número de formados entre 1990 a 1996). Nossa pesquisa

obteve um êxito considerável neste sentido, pois equivale a dizer que obtivemos 51,33% de respostas bem sucedidas (dividindo 58/113). Mas para efeitos de análise conseguimos uma amostra de 15% (58/388).

No capítulo II apresentamos o marco teórico que dará embasamento a este trabalho; no capítulo III o perfil da profissão e do que seria o campo de atuação do economistas, correlacionado com os resultados da pesquisa, bem como também, algumas características do curso de economia da UFSC e a análise dos comentários que os egressos fizeram sobre o curso de economia; no capítulo IV apresentamos os resultados da pesquisa desenvolvida com os egressos com suas respectivas análises; no capítulo V analisamos as diferenças existentes entre os economistas do sexo masculino e do sexo feminino, em termos de faixa salarial, cargos exercidos, tempo médio de entrada no mercado de trabalho, setores e no capítulo VI apresentamos as nossas conclusões e recomendações.

CAPITULO II

2. MARCO TEÓRICO

Neste capítulo temos como objetivo apresentar a base teórica que dará embasamento a este trabalho. Pretendemos apresentar as análises que os economistas clássicos fizeram referente aos salários e aos fatores determinantes dos diferenciais salariais entre ocupações, até chegarmos a teoria neoclássica e a sua concepção de capital acumulado ou capital humano.

A exposição se torna necessária porque nas obras dos economistas clássicos estão as bases conceituais da teoria do capital humano.

2.1. Teoria da Determinação dos Salários e dos Seus Diferenciais

Segundo a análise clássica os salários eram rígidos e determinados pela interação entre a oferta e demanda de mão de obra, pelos preços dos bens de primeira necessidade e pelo crescimento populacional.³

Na análise neoclássica ocorre o abandono da idéia de que os salários seriam rígidos. Para os economistas neoclássicos, o preço de uma mercadoria seria determinado em função de sua utilidade marginal, ou satisfação do consumidor. Então para o empregador, o valor do trabalho por ele adquirido consistia no produto que ele produzia, ou seja, a remuneração da mão de obra iria variar de acordo com a sua produtividade marginal. Neste sentido os salários mediam simplesmente o valor dos serviços prestados pela mão de obra.

2.2 . ANÁLISE CLÁSSICA

2.2.1 TEORIA DO FUNDO DE SALÁRIOS

A teoria do fundo de salários partia do pressuposto que existia um fundo destinado ao pagamento de salários, fundo constituído pelos rendimentos dos capitalistas e pela renda da terra do período anterior. Uma vez constituído o fundo, os salários iriam depender da oferta e demanda de mão de obra (ou capital e população).

Para Smith (1983:94) o salário do trabalhador deveria ser suficiente para a sua manutenção e a de sua família. O que regulava esse fator era essencialmente a oferta e demanda de trabalho e os fundos destinados ao pagamento de salários:

“A demanda de pessoas que vivem de salário só pode aumentar na medida em que aumentam os fundos destinados ao pagamento de salários. Esses fundos são de dois tipos: primeiro, a renda que vai além do necessário para a manutenção; segundo, o excedente do cabedal necessário para os respectivos patrões manterem seu negócio”

Smith (1983:94-95) demonstra a importância de aumentar a riqueza da nação e sua correspondência positiva em relação aos salários:

“a demanda de assalariados necessariamente cresce com o aumento da renda e do capital de um país, não sendo possível o aumento sem isso. O aumento da renda e do capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre”

No capítulo X de sua obra, Smith irá tratar dos fatores determinantes dos diferenciais salariais entre ocupações, tema que será aprofundado no decorrer deste trabalho.

2.2.2 TEORIA DO FUNDO DE SALÁRIOS DE SUBSISTÊNCIA

A teoria do fundo de salários de subsistência tinha como principal pressuposto que salários e população atuavam como força equilibrante. No que se diz respeito aos salários, o resultado é que no longo prazo, por força desse efeito eles deveriam manter-se em torno de determinado nível.

Ricardo (1982:81) no capítulo V de sua obra, inicialmente faz uma distinção entre preço natural dos salários e o preço de mercado:

“o preço natural é aquele necessário para permitir aos trabalhadores, um com o outro, subsistir e perpetuar a sua raça, sem aumento ou diminuição... o preço de mercado é aquele resultante da interação natural entre a oferta e a demanda ”.

Os salários aumentariam e diminuiriam essencialmente por dois fatores: 1) pelo preço dos alimentos, necessidades, comodidades exigidas para a manutenção do trabalhador e de sua família e 2) pela oferta e demanda de trabalhadores.

A relação entre salários e população é então colocada por Ricardo (1982:82) nos seguintes termos:

“quando o preço de mercado da mão de obra supera o seu preço natural, o que significa que a condição do trabalhador é próspera e feliz, que ele tem o poder de adquirir uma proporção maior das necessidades e comodidades da vida e portanto ter uma família saudável e numerosa. Entretanto, quando o número de trabalhadores aumenta, pelo incentivo que maiores salários dão ao crescimento populacional, os salários se reduzem ao seu nível natural e algumas vezes caem até mesmo abaixo dele por uma reação mais acentuada”

A teoria ricardiana ressalta com clareza que “ por mais que o preço do mercado possa desviar-se do preço natural, ele tende a igualar-se a este, como ocorre com as demais mercadorias”(ibidem,1982:56), os salários não poderiam crescer sem diminuir o lucro dos capitalistas. Percebemos na concepção do autor a idéia do trabalho acumulado, segundo a qual, as variações de valor decorrem do valor relativo das mercadorias que seriam determinadas pela maior ou menor quantidade de trabalho necessário para produzi-la, ou seja, os salários dos trabalhadores seriam determinados pela maior ou menor quantidade de trabalho acumulado. Neste caso, então trabalhos mais difíceis teriam como contrapartida um salário maior.

2.2.3. ANÁLISE MARXISTA

Em nossa opinião Marx apresenta uma das análises mais completas e consistentes sobre os fatores determinantes dos salários.

Marx inicialmente faz uma distinção entre o valor do trabalho e o valor da força de trabalho. O que o salário paga não é o valor do trabalho, mas sim, o valor da força de trabalho, nas suas palavras: “o que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas sim o valor da sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalistas o direito de dispor dela”(Marx, 1986:159)

Ao vender a sua força de trabalho o trabalhador perde no momento em que começa trabalhar o seu trabalho, este já não lhe pertence mais e portanto não pode ser mais vendido por ele. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor.

Na análise de Marx (1988:124) o valor do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor da força de trabalho, o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo que o necessário para a reprodução do seu valor. Pode-se perceber que Marx em sua análise introduz um elemento que corporifica a exploração do trabalhador, pois ao dizer que o trabalhador produz algo a mais que não recebe, está falando da mais valia.

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, o capitalista consegue colocar em ação uma maior quantidade de trabalho, com a mesma quantidade de capital variável, pois passa a explorar mais intensivamente as forças de trabalho individuais.

Nas palavras de Marx (1979:738) :

“ele (capitalista) compra mais forças de trabalho com a mesma quantidade de capital; ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens ou crianças”

...(idem,738) o trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital”

Os movimentos de salários seriam então regulados pelo exército industrial de reserva e pela habilidade e destreza dos trabalhadores em determinada espécie de trabalho:

“pela expansão e contração do exército industrial de reserva correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são portanto determinadas pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército industrial da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada”(idem,739)

“Pela habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e para que se torne a força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação e treino, que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no total dos valores despendidos para a sua produção”(idem, 192)

Então conclui-se que trabalhadores mais qualificados demandam maior tempo de trabalho para a formação de sua força de trabalho e por isso esta força de trabalho terá um maior valor de troca, que se expressa em salários mais altos.

2.2.4 . A ANÁLISE MARGINALISTA DE LEWIS:

Para Macedo (1982:75) a escola marginalista surgiu numa tentativa de explicar e suprir as deficiências da escola clássica. Lewis (apud, Macedo,1982:76-77) em sua linha de análise, apoiando-se no enfoque clássico desenvolveu um modelo teórico de desenvolvimento econômico dentro das condições tipicamente enfrentadas por um grande número de países pertencentes ao Terceiro Mundo. Pode-se dizer que na essência, o que se verificava era a dificuldade de tratar de problemas de subemprego, desemprego e baixos salários, típicos de países em desenvolvimento dos dias atuais, à luz de um esquema teórico que dá a entender que:

“ o desemprego é explicado pela relutância dos trabalhadores do lado da oferta de mão de obra, em aceitar os salários determinados pelo mercado, e que estes são baixos exclusivamente em razão da reduzida produtividade da mão de obra associada à incipiente acumulação de capital. Outra causa do desemprego e do subemprego enfatizada também pelo enfoque neoclássico, seria o conjunto das distorções introduzidas pelo governo, elevando o custo da mão de obra para os

empresários, na forma de salários mínimos e de impostos e taxas sobre a folha de pagamento, conduzindo assim, do lado da demanda de mão de obra admitida como sensível a esses a esses custos, uma menor absorção de mão de obra no processo produtivo”

O primeiro elemento, seria representado pela relutância dos trabalhadores em aceitar o emprego a salários mais baixos, torna-se inconcebível imaginar que num país onde o nível de pobreza é alto, que um indivíduo possa optar entre trabalhar e não trabalhar. O segundo elemento resultaria da premissa que foi bastante discutida em 1998 de que se o governo reduzisse os encargos trabalhistas o pleno emprego seria alcançado.⁵

As observações de Lewis (apud, Macedo, 1982:78) quanto esses dois elementos da teoria do salário de subsistência, se deduzem a partir de suas considerações sobre a natureza e as fontes da oferta ilimitada de mão de obra nos países em desenvolvimento.

“A oferta ilimitada de mão de obra existe, ...naquelas países onde a população é tão grande relativamente ao capital e recursos naturais que há extensos setores da economia onde a produtividade marginal do trabalho é negligível, zero ou mesma negativa”

Para Macedo (1982:79) Lewis adiciona uma padrão mais objetivo para a análise do salário de subsistência, ou seja:

“o salário que o setor capitalista em expansão tem que pagar é determinado por aquilo que as pessoas podem ganhar fora do setor (...) outra coisa é dizer que esse salário deve guardar uma associação com a produtividade da mão de obra na origem do excedente, já que esta não estará disposta a aceitar o emprego no setor capitalista para ganhar menos que poderia obter fora dele”

Os salários de subsistências dependeriam da sobrevivência de um setor não capitalista, que oferecendo oportunidades de trabalho, além das oferecidas pelo setor capitalista condicionaria os níveis mínimos de remuneração oferecida pelo último.

2.3. ANÁLISE NEOCLÁSSICA

A teoria neoclássica está fundamentalmente baseada na análise do comportamento individual, ao nível pessoal ou de firmas, admitindo-se que a liberdade de escolha a esse

nível é irrestrita. Admite-se que o mercado atua em concorrência perfeita. Tanto do lado da oferta como do lado da demanda, nenhum agente é suficientemente poderoso para determinar por si mesmo a fixação de salários.

Para os economistas neoclássicos os salários seriam pagos pela produção corrente e determinados pela contribuição de cada trabalhador ao processo produtivo, embutida no conceito de produtividade marginal.

“Na análise neoclássica o mercado estará em equilíbrio quando, o valor do salário coincidir com o valor da produtividade marginal do trabalho, não podendo esta prescindir do lado da oferta. Como a firma toma os preços do mercado como dados ao nível da empresa, a demanda representada pelo valor da produtividade marginal determina apenas nível de emprego” (Macedo1982:115)

A curva de oferta de mão de obra será positivamente inclinada, ou perfeitamente elástica, porque quanto maiores forem os salários, maior será o número de trabalhadores que desejam adentrar ao mercado atraídos pela perspectiva de rendimentos elevados.

A curva de demanda de mão de obra será negativamente inclinada, ou inelástica, porque supõe-se que a produtividade marginal do trabalho decresce quando mais trabalho é empregado. As firmas estariam dispostas a pagar um salário real igual ao valor do produto marginal do trabalho. Este ponto pode ser esclarecido pela lei dos rendimentos decrescentes:

“A lei dos rendimentos decrescentes informa que a medida que aumenta o uso de determinado fator de produção (mantendo-se fixos os demais insumos) chega-se a um ponto em que a produção adicional obtida eventualmente decrescerá. Quando o insumo mão de obra é pequeno (e o capital é fixo) pequenos incrementos de insumo mão de obra geram substanciais adições em volume de produção, à medida que os funcionários são admitidos para desenvolver tarefas especializadas. Eventualmente, entretanto, a lei dos rendimentos decrescentes entra em ação. Quanto houver funcionários em demasia, alguns se tornarão ineficientes e o produto marginal do insumo mão de obra apresentará uma queda” (Pindyck & Rubinfeld, 1991:226)

Dobb (1966:111), em sua crítica aos neoclássicos, argumenta que a doutrina que os ganhos do operário têm de ser iguais ao produto líquido do seu trabalho não tem, por si

mesma, nenhum significado real, pois para calcular o produto líquido precisamos considerar como líquidas e certas todas as despesas de produção da mercadoria em que ele está trabalhando, excluídos apenas os seus salários .

“É sempre importante ter em mente que o produto líquido marginal de mão de obra depende não só da oferta da mão de obra, mas também da oferta de todos os outros fatores de produção. Ora se a mão de obra for o fator relativamente escasso e os outros fatores forem abundantes, o produto líquido da mão de obra será elevado, e a concorrência pela mão de obra a colocará em condições de exigir um preço elevado. Por outro lado, se o capital exigir uma taxa elevada de juros e for escasso, constituirá um fator de compressão do produto marginal da mão de obra e do nível dos salários, sobretudo se for grande o número de pessoas desejosas de trabalhar”(Dobb, 1966:111)

2.4. DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS ENTRE OCUPAÇÕES, NA ANÁLISE CLÁSSICA

Smith (1983:117-123) no capítulo X de sua obra, enumera cinco fatores que determinam os diferenciais de salários entre ocupações, esses fatores se integram numa visão de concorrência perfeita e com mobilidade entre as ocupações. Cada ocupação apresenta vantagens ou desvantagens do ponto de vista do trabalhador e os diferenciais de salários variam de acordo com as circunstâncias ou fatores inerentes de cada ocupação. Um salário maior corresponde então a uma compensação pelo maior nível de desvantagens relativamente às vantagens que apresentam .

1º fator apresentado por Smith é a condição de trabalho de cada ocupação, manifestada por vários aspectos (fácil ou difícil, limpa ou suja, perigosa ou não) e a proposição de que os salários serão tanto mais altos quanto mais desagradável for exercê-la. Neste caso profissões como “bombeiros, policiais, lixeiros, garis, etc.” deveriam ter uma remuneração bastante elevada⁵

2º fator é o grau de facilidade ou dificuldade da profissão e o custo envolvido no processo de aprendizado da ocupação, tanto uns como outra, influenciando positivamente na determinação dos diferenciais de salários correspondentes. Assim tanto a educação formal como o treinamento no próprio trabalho conduziriam a salários maiores do que naquelas

ocupações onde não fossem exigidos (esta é a base da teoria do capital humano, que será discutido mais profundamente neste trabalho)

3º fator é o grau de estabilidade da relação emprego, profissões sazonais ou trabalhadores ocasionais como pedreiros, carpinteiros, bóia-frias que nem sempre podem trabalhar, pois tem a sua atividade dependente de chamadas periódicas por parte dos que procuram seus serviços, deveriam receber salários que devem mantê-los não só no período de ociosidade, mas de compensá-los pelas incertezas de sua ocupação.

4º fator é o grau de responsabilidade assumida pelo empregado. Joalheiros e ourives são citados como exemplos de ocupações em que a responsabilidade por valores envolvidos é recompensada por maiores salários. Neste caso, quem trabalha na “casa da moeda” deveria receber salários altíssimos.⁶

5º último fator explicativo de diferenciais de salários é a probabilidade de sucesso ou insucesso na respectiva ocupação. Profissões como advocacia, medicina e artes (poderíamos neste caso enquadrar os economistas), onde muitos fracassam e poucos têm sucesso, estes últimos acabam recebendo uma recompensa tida como extraordinária, porque que envolve o risco envolvido na escolha.

Com exceção do terceiro fator (grau de estabilidade em relação ao emprego) as causas de diferenciais apontadas por Smith atuam do lado da oferta de mão de obra.

Mill (1988:65) concordando que o capítulo X da obra de Smith apresenta a melhor exposição que conhece em termos de diferenciais de salários até então realizada, entende que sua análise é apenas parcialmente bem sucedida. Ele separa os cinco elementos apontados por Smith em duas grupos. No 1º grupo, que se refere ao aspecto de diferenciais compensatórios do exercício de uma ocupação menos agradável, ele aponta (1988:67):

“Os trabalhos realmente cansativos e realmente repugnantes em vez de serem mais bem remunerados do que os outros, quase invariavelmente são os menos bem remunerados de todos, e isso pelo fato de serem executados por aqueles que não têm outra alternativa (...) quanto mais revoltante for a ocupação, tanto mais certo é que receberá a remuneração mínima, pois esta cabe

aos mais impotentes e rebaixados, àqueles que, devido à pobreza, ou devido à falta de qualificação e instrução, são excluídos de todos os empregos”.

Quanto ao 2º grupo que se refere ao aspecto da educação e treinamento, bem como da grau de responsabilidade envolvido em cada ocupação o autor (1988:69) esclarece:

“a superioridade da remuneração não é consequência da concorrência mas da ausência dela; não é uma compensação por desvantagens inerentes à profissão, mas uma vantagem extra-uma espécie de preço de monopólio, efeito de um monopólio não legal, mas comumente denominado de monopólio natural”

2.5. DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS ENTRE OCUPAÇÕES - ABORDAGEM NEOCLÁSSICA

A idéia é que as ocupações que exigem um maior nível de qualificação pressupõem um custo maior em termos de treinamento e de renda não recebida durante o período em que esse treinamento é realizado, seja via educação formal, seja na própria atividade exercida. A educação teria então as características de um investimento porque os custos representados pela educação, teriam que trazer uma taxa de retorno igual àquela que poderia ser obtida em investimentos alternativos, ou seja, deveria elevar futuramente a rendas dos alunos .

“... as ocupações que exigem maior nível de qualificação receberiam um diferencial de salários relativamente às não qualificadas, diferencial esse que cobriria os referidos custos de treinamento mais, o retorno no investimento realizado” (Macedo,1982:117)

Macedo (1982:117) conclui que o conceito de capital humano reverte totalmente as idéias de Ricardo e Marx, nas quais o capital representa intrinsecamente trabalho acumulado. No conceito de capital humano, o trabalho qualificado passa a capital acumulado, e sua contribuição no processo produtivo é remunerada de forma correspondente aquela atribuída ao capital que participa do processo produtivo sob a forma de máquinas, equipamentos, etc.

O trabalhador qualificado receberia mais porque a sua remuneração, relativamente ao trabalhador não qualificado, representa também o pagamento à contribuição do capital

humano que o trabalho qualificado incorpora. Admite-se também que a habilidade dos indivíduos em desempenhar esta ou aquela ocupação reflete também diferenças inatas entre os indivíduos que, somadas àquelas adquiridas via educação formal ou treinamento na função, determinam o seu capital humano e a sua participação na repartição do produto.

O problema é colocado sempre no lado da oferta, o trabalhador está colhendo os frutos de suas habilidades ou inabilidades este é o princípio básico da meritocracia.

“Ao sugerir que as desigualdades de salários determinadas pelo lado da demanda são transitórias, e que as desigualdades relevantes são aquelas ditadas pelas habilidades inatas ou pelas adquiridas via treinamento, a teoria neoclássica limita as políticas corretivas aquelas formuladas para a atuação do lado da oferta de mão de obra”(Macedo,1982:122)

Salm (1980:49-51) construiu uma crítica bastante coerente contra teoria do capital humano, em seu livro “Escola e Trabalho”. Ele parte do pressuposto da fragilidade do argumento que mais educação é condição necessária e suficiente para alcançar maiores salários. Nas palavras do autor (Salm, 1980,49-50):

“Os defensores desse princípio partem da idéia que o mercado de trabalho é segmentado. Grosso modo, teríamos uma primeira divisão entre mercados primários e secundários ou organizados e não organizados. Uns oferecem maior estabilidade ou possibilidades de treinamento e ascensão, ao contrário dos outros, onde predominam ocupações precárias de baixa remuneração e sem perspectivas. E dentro do setor primário teríamos um segmento independente, com posições de mando que exigem tomadas de decisões e outro subordinado, onde as tarefas seriam rotinizadas e executadas sob constante supervisão”

Então da forma como a estrutura ocupacional esta determinada, não adiantaria expandir o sistema educacional pois os egressos dos cursos superiores, dadas as barreiras que encontrariam não teriam como materializar o eventual potencial produtivo adquirido na escola. A teoria do capital humano pecaria para Salm (1980:50) , no mínimo por ingenuidade ao postular que o investimento feito pela pessoa ao educar-se seria garantia de promoção no mercado de trabalho.

O que é importante ressaltar é que em nenhum momento autor critica o produto gerado pela escola, embora o que emergiria dessa visão seria a escola como fornecedora de

credenciais. Ou seja, há uma hierarquia rígida de cargos definidos aos quais os candidatos se apresentam em fila, com seus títulos escolares, e a gerência escolhe os mais credenciados. O sistema educacional seria apenas um imenso mecanismo de triagem e seleção utilizados pelas empresas.

As credenciais escolares significariam para os empregadores que os candidatos a emprego que atingem os níveis mais elevados no sistema educacional está dando provas de que se sairá bem no emprego: será mais treinável, aceitará as regras da meritocracia. Enfim, a escola produziria os mais variados traços de personalidade que a empresa exige.

Poderíamos partir para o cinismo e responsabilizar somente os indivíduos pelo seus insucessos profissionais.

CAPITULO III

3. APRESENTAÇÃO DO PERFIL DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA E DAS CARACTERÍSTICAS DO CURSO DE ECONOMIA

Neste capítulo temos como objetivo descrever o perfil da profissão e do que seria o campo de atuação do economista, associando o mesmo com os resultados da pesquisa, iremos também, apresentar algumas características do Curso de Ciências Econômicas da UFSC e a análise dos comentários que os egressos fizeram sobre o curso de economia.

3.1. Atividades do campo profissional do economista

As atividades do campo profissional, segundo o código de ética da profissão do Cofecon, exercem-se na órbita pública e na órbita privada. Podemos exemplificá-las como:

1. Planejamento, projeção, programação e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza (assessoria a empresas e instituições financeiras).
2. Estudos, Análises e Pareceres pertinentes à Macro e a Microeconomia
3. Projetos de desenvolvimento e crescimento econômico e social
4. Estudos os sobre mercados financeiros e de capitais, investimentos, poupança, moeda e crédito, financiamentos, operações financeiras e orçamentos;
5. Estudos sobre o emprego, política salarial, custo de vida, mercado de trabalho e de serviços;
6. Perícia, Avaliações e Arbitramentos sobre assuntos pertinentes a área econômica.

7. Auditoria.

8. Área empresarial

9. Política

10. Licenciatura- escolas públicas e privadas

11. Pós Graduação

Em nossa pesquisa percebemos que até mesmo aqueles que não exercem diretamente o exercício profissional, indiretamente estão utilizando os conhecimentos adquiridos sobre a área econômica. Podemos destacar que: **onze** fazem análise de investimentos e de aplicações financeiras, **quatorze** fazem pesquisas de mercado, **onze** fazem pesquisa e diagnósticos econômicos, **vinte e um** fazem análise administrativa e programação contábil das empresas, **sete** exercem a docência, sendo que temos dois professores que trabalham em universidades públicas e cinco que trabalham em universidades privadas, **dois** prestam serviços de assessoria, **dois** trabalham na área de perícia, dois trabalham na área de auditoria , temos **três** empresários e **três** mestrados que estão cursando o curso de mestrado da UFSC.

3.1.2- Algumas características do curso de Economia da UFSC

O curso de Ciências Econômicas teve seu início em 1º de março de 1943 com a matrícula de vinte e um alunos. Ao colarem grau em 1945, tornaram-se a primeira turma de Bacharéis em Ciências Econômicas do Estado de Santa Catarina.

Pelo decreto lei n.º 7988 , de 22 de setembro de 1945, foi transformado em curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, sendo posteriormente reconhecido pelo decreto n.º 34994 de 28 de novembro de 1955. Com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Lei n.º 3849 de 18 de dezembro de 1960, o curso passou a integrar esta Universidade.

No dia 1º de março de 1999 quando completou 56 anos, o Curso de Ciências Econômicas da UFSC havia formado mais de 2000 alunos. Atualmente cerca de 750 alunos estão efetivamente matriculados em seus Cursos Diurno e Noturno.

Ainda que não formalmente, o curso de economia está subordinado ao Departamento de Ciências Econômicas. Isto quer dizer que a competência, a preparação e a dedicação dos professores do departamento são determinantes para a qualidade do ensino.

Neste sentido cabe dizer que o departamento conta com cerca de 40 professores dos quais a grande maioria com dedicação exclusiva.

Em termos de titulação a situação é a seguinte: temos dezessete doutores, três doutorandos e vinte e um mestres.

Nos últimos anos, pode-se perceber que a qualificação técnica e científica do corpo docente se elevou consideravelmente, talvez se distanciando, neste sentido, das características e dos interesses dos alunos, que como se verá mais adiante, estão mais voltados para as exigências práticas requisitadas pelos empregadores.

O curso de economia da UFSC, tradicionalmente apresenta um baixo índice candidato vaga. De 1990 a 1997 o ICV (índice candidato vaga) apresentou uma tendência oscilante, com períodos de crescimento e decréscimo para ambos os períodos.

Foram oferecidas 1420 vagas no período compreendido entre 1990 a 1997 e formados 388 economistas, pode-se perceber que muitos alunos entram no curso e poucos chegam a concluí-lo. O que é importante ressaltar é que não temos a intenção de analisar as causas da evasão e nem muito menos o desempenho dos alunos do curso de economia, mesmo porque esta pesquisa já foi desenvolvida no curso.¹ Entretanto nada nos impede de afirmar que muitos dos alunos que entraram no curso, sentiram-se atraídos pela facilidade de acesso no curso, ou seja, pelo baixo índice candidato vaga.

O índice de aproveitamento médio dos alunos de economia é regular, apresentando pequenas oscilações ao longo dos anos. Conforme CONCEIÇÃO (1997:44):

“os alunos do curso de Ciências Econômicas apresentam a menor média de desempenho no vestibular em comparação com os alunos de Ciências Contábeis, Administração, Direito, Medicina, Odontologia e Engenharia mecânica. O curso de Ciências Econômicas apresentou no período analisado (1992 a 1995) o maior índice de abandono”.

TABELA 1 - Curso De Economia Da UFSC

Índice Candidato Vaga, N.º de Formados e Vagas Oferecidas por ano

Índice/ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
ICV-diurno	2,8	3,1	1,7	2,3	1,9	4,0	1,1	5,8
ICV-noturno	5,0	4,2	3,0	2,8	3,8	3,4	4,3	3,6
vagas oferec	160	180	180	180	180	180	180	180
formados	58	45	52	46	38	57	42	50
form/vagas%	36,0	28,0	32,5	25,5	23,7	31,7	23,3	27,7

fonte : Coperve e relação de formados disponível na secretária do Curso.

TABELA 2 Economistas Formados Pela UFSC, n.º de formados , n.º de questionários e índice de aproveitamento médio de 1990 a 1997

ano	Formados	1º sem	2º sem	n.º de quest.	%	IAP	IAA
1990	58	18	40	11	18,96	2.3536	2.1721
1991	45	19	26	4	8	7.9525	7.46
1992	52	25	27	8	15,38	7.5737	6.63
1993	46	19	27	5	10,86	7.884	7.368
1994	38	12	26	4	10,52	7.605	7.2075
1995	57	27	30	8	14,03	7.515	6.64
1996	42	18	24	7	16,67	7.5757	6.8357
1997	50	21	29	11	22,00	7.5754	6.54
total	388	159	229	58	15	7.0043	5.5286

fonte: relação de formados disponível na secretaria do curso²

O currículo do curso passou por várias modificações, sempre acompanhando as recomendações da legislação federal sobre os cursos de Economia. Isto inclui modificações legais em 1945, 1962 e 1984. Está em vigor a Res. N. 11, de 26/06/84, do CFE. Na implementação desta resolução, levaram-se em consideração as discussões ocorridas, inicialmente, no âmbito do Conselho Federal de Economia (COFECON) e posteriormente, no âmbito da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE). Tais modificações ocorreram em 1985 quando da implantação do novo currículo em Economia. Posteriormente, em 1994, foram feitas algumas alterações de conteúdos de programas e pequenas modificações na estrutura curricular.

O currículo em vigor atualmente, é o implantado em 94.1, em fase de extinção progressiva, por conta do ajuste implantada em 95.2. Deste currículo a carga mínima obrigatória de disciplinas optativas é de 300 horas-aula, concentradas em duas áreas de formação: Economia e Desenvolvimento e Economia de Empresas. A partir de 98.1 foi permitido aos alunos, a plena liberdade de escolher disciplinas optativas em todos os cursos de graduação da UFSC, podendo ter acesso a essas disciplinas, desde que se tenha os pré-requisitos necessários, exigidas pela Coordenadoria do Curso.

A partir do primeiro semestre de 1995, foi iniciado o Curso de Pós-Graduação em Economia (CPGE), com o objetivo inicial de oferecer um curso de mestrado em Economia Industrial. A partir da turma de 1996, o mestrado passou a selecionar os seus alunos através do exame nacional da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

A profissão do Economista encontra-se disciplinada pela Lei n.º 1411 de 13 de agosto de 1951, alterada pela Lei nº6021, de 3 de janeiro de 1974 e regulamentada pelo Decreto n.º 31794 de 17 de novembro de 1952. Então considera-se como marco para a categoria o dia 13 de agosto quando comemora-se o dia do economista.

3.2. Análise dos comentários sobre o curso de Economia

A importância da análise dos comentários que os egressos fizeram em relação ao curso de economia, está em que estes depoimentos refletem uma realidade vivenciada por aqueles que estão atuando no mercado de trabalho e que sentiram muitas deficiências em suas formações, que pode constatada nos relatos descritos abaixo:

“O curso poderia fortalecer mais o lado prático, preparar melhor o aluno para o mercado de trabalho. Abrir alternativas para os estudantes pois a profissão apresenta um leque amplo de possibilidades”

“o curso é muito teórico. Perde-se espaço para os formados de administração e ciências contábeis (senti essa dificuldade quando distribuiu currículos para as empresas)”

“Necessário melhorar as ferramentas de trabalho do economista. Particularmente gosto da profissão, mas o curso deveria ser mais voltado para a área de empresa e não direcionado para formar o corpo docente. Deve-se priorizar a área de finanças”.

“O curso é bom, mas existem limitações que impedem o aluno de conhecer a realidade profissional de um economista:

1º falta de experiência prática (na profissão) da maioria dos professores

2º falta de disciplinas obrigatórias que atendam as necessidades de mercado (ferramentas de trabalho)

3º falta de auto-estima profissional = identidade enquanto economista”.

“No período em que cursei o curso, a carga teórica na área marxista era muito grande, apesar de ter sido boa. O curso deixou muito a desejar na área de mercados, micro e macro economia, na matemática, análise de investimentos e econometria”.

“Gostei do curso apesar de querer desistir na 3º fase, continuei por insistência dos colegas... o economista tem um nível de cálculo muito fraco, muito inferior ao que deveria ser exigido”.

“Na minha época existia um conflito político muito grande entre os professores, ocorria um divisão de um lado, os professores da esquerda e do outro os professores de direita. Na

minha opinião deveria ocorrer uma união, um pensar científico, isento da política e de rixas pessoais.

O curso deveria valorizar mais disciplinas como análise de investimentos, marketing, métodos quantitativos e pesquisa”.

“... disciplinas como economia neoclássica I e II, economia marxista I e II não servem para nada. Falta melhorar os instrumentos de trabalho do economista e o economista tem que saber matemática, usar calculadora financeira, tem que saber fazer análise de balanço, análise financeira e dos investimentos”.

“O curso é muito bom, os problemas são outros: professores desinteressados, alunos pouco atuantes, espaço físico ruim, falta de estrutura e isso ocasiona falta de estímulo para o trabalho”.

“... o problema é que falta um engajamento maior dos professores, muitos parecem desestimulados. O curso é um funil, muitos entram e poucos saem”.

“Eu tive um bom curso de economia! Muito obviamente foi devido ao meu próprio esforço! Lembro que na época(1988 a 1992) tive bons professores. Mas também havia péssimos profissionais, a meu juízo desqualificados para a docência”.

“Curso é muito abstrato, falta o lado empresarial. Acaba formando e preparando bem os alunos que pretendem serem professores, ...os empresários não querem este tipo de profissional”.

“Em relação ao curso existem muitas matérias desnecessárias, enquanto deveria ser dada maior ênfase em matérias que são o arcabouço teórico do economista como: macroeconomia I e II, microeconomia, administração financeira e contabilidade”

“teoria do curso defasada, a grade curricular está muito distante da realidade, por isso torna-se difícil o acesso ao mercado de trabalho”

“É um curso bom, apesar de faltar o lado prático, entretanto tem que ter interesse do aluno. Considera importante a criação de uma empresa (como a ação júnior) para os economistas exercitarem a parte teórica. Um estágio supervisionado na área econômica seria bom para a formação do aluno. Os alunos mais atuantes, conseguiram se sobressair na profissão”.

“...deveria existir um laboratório de economia (como um empresa de consultoria) coordenado por uma grupo de professores que exercitassem a capacidade do aluno de criar soluções para os problemas micro e macroeconômicos”.

“... na minha opinião poderia ser acrescentadas disciplinas optativas, como a perícia, que é uma área que o economista pode atuar e que são os contadores e advogados que exercem”.

“... não existe aquela divisão entre economia de empresas e setor público, o aluno se vê obrigado a fazer qualquer disciplina, pela falta de professores pois em determinados semestres não são oferecidas certas disciplinas”

3.3 Reclamações, matérias mais importantes e sugestões feitas pelos egressos:

Reclamações do alunos:

A maior parte das reclamações referem-se a: aos professores substitutos; ao fato de o curso ser muito teórico; da falta de um contato maior com a realidade, torna-se necessário sair da sala de aula para visitar as empresas; dos professores, alguns mesmo sendo doutores são muito limitados e não servem para dar aula; do currículo desatualizado; etc.

Matérias mais importantes:

Econometria, matemática financeira, contabilidade, estatística, análise de investimentos, mercados de capitais.

Sugestões de mudanças a serem feitas, sugeridas pelos egressos, respostas mais citadas:

Disciplinas que deveriam serem incluídas : pesquisa operacional, Marketing, perícia e auditoria

Estágio supervisionado

Estágio supervisionado no lugar da monografia

Criação de uma empresa-junior somente para alunos de economia

Antecipar o projeto de monografia

Análise de balanço , matemática e matemática financeira deveriam serem ministradas por economistas, pois os professores de matemática não sabem correlacionar a matemática com as disciplinas da área econômica

Aumentar o número de ramificações - marketing; setor publico e economia de empresa

Fazer uma seleção mais apurada dos professores substitutos (professores substitutos foram muito criticados) com direito a participação dos alunos.

CAPITULO IV

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo temos como objetivo fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos resultados da pesquisa, iremos mostrar a avaliação que os egressos fizeram do curso de economia, bem como os motivos que os levaram a optar pelo curso, as atividades exercidas pelos egressos, a inserção dos egressos no mercado de trabalho, o tempo médio de início das atividades profissionais, as dificuldades encontradas no acesso ao mercado de trabalho, os motivos que os levaram a não exercerem a profissão para a qual foram habilitados, os ganhos financeiros que obtiveram com o formação superior e por último as principais vantagens da formação acadêmica.

No período compreendido entre 1990 a 1997, foram formados 388 economistas e destes entrevistamos 58, sendo 31 homens e 27 mulheres .

4.1. Análise da avaliação do curso e os motivos que os levaram os egressos a optar pela escolha do curso.

Do resultado final da pesquisa, 67,2% dos graduados em economia considera o curso bom, 29,3% considera o curso regular e 3,5 % considera o curso ótimo.

Não nos parece que o fator que explica as críticas do egressos ao curso esteja relacionado aos dissabores profissionais que os mesmos tiveram no mercado de trabalho. Dos que criticaram o curso por considerá-lo regular temos três economistas e quatorze egressos que desempenham outras funções.

A faixa salarial desses dezessete egressos se distribue da seguinte forma: **uma** pessoa ganha até cinco salários mínimos, **sete** ganham de cinco a dez salários mínimos, **duas** ganham de quinze a vinte salários mínimos, **quatro** ganham de vinte a trinta salários mínimos e **um** ganha acima de trinta salários mínimos.

O curso é fundamentalmente criticado pelo fato de ser muito teórico (trinta e uma respostas) não apresentando a formação adequada para as atividades profissionais. Muitos dos que cursaram o curso de economia, esperavam que o curso fosse mais voltado para a área da matemática e na visão destes, o mesmo apresenta uma formação fraca na parte de contabilidade, cálculo e finanças. Este fator é muito importante, porque a grande maioria dos estudantes não gosta de matemática, o que acontece é que quando o economista chega no mercado de trabalho, se depara com a necessidade do uso e do domínio dessas habilidades. Podemos esclarecer este fato através do depoimento de alguns egressos:

“O curso foi muito teórico, o que gosto é da parte matemática, dos cálculos, análise dos investimentos”

“...matérias como contabilidade, estatística, matemática financeira e direito (noções) dão a consolidação teórica do economista”.

“Análise de investimentos, mercado de capitais e matemática, disciplinas obrigatórias para um economista, pois são ferramentas de trabalho”

“Quando assumi a posição de gerente em Rio do Sul, senti que faltava alguns elementos que o curso não lhe proporcionou, principalmente na parte administrativa e financeira, como contabilidade, análise dos investimentos, deferimento de crédito...”

Com isso verificamos o grande descontentamento encontrado entre os graduados que não tiveram suas expectativas plenamente satisfeitas, do total das respostas, 77,6% dos pesquisados disseram que suas expectativas foram atendidas em parte, 8,6% disseram que suas expectativas não foram atendidas e somente 13,8% tiveram suas expectativas satisfeitas.

Dentre os motivos que levaram os egressos a optar pela escolha do curso de economia, pode-se perceber uma grande variedade de respostas, sendo que muitas bastante sinceras e eloquentes.

Como a questão envolve a possibilidade de mais de uma resposta, os motivos mais citados foram: **trinta e um** responderam que optaram pela escolha do curso, para adquirir conhecimentos sobre a economia melhorando com isso sua compreensão sobre a sociedade, **vinte** responderam que escolheram o curso com a intenção de trabalhar como economista (destes sete não exercem a profissão de economistas), **quinze** tinham como objetivo ter um diploma de curso superior; **oito** pretendiam obter ganhos financeiros mais altos e **dezoito** responderam outras alternativas, tais como: 1) pela diversidade de informações que o campo proporciona; 2) demonstrou afinidade com o curso; 3) porque queria ser professor universitário; 4) duas pessoas responderam que escolheram o curso porque passaram na segunda opção; 5) três responderam que escolheram o curso pelo baixo índice candidato vaga; 6) queria ter um diploma de curso superior para prestar concursos, dúvidas entre economia, administração e ciências contábeis; 7) seu objetivo principal era ter um diploma de curso superior para poder prestar concursos, como não sentiu-se preparado para tentar vestibular para direito, decidiu por economia pelo baixo índice candidato vaga; 8) fez alguns vestibulares para direito, mas não conseguiu passar e acabou optando por economia; 9) tentou vestibular para direito, não conseguiu, passou na 2ª opção para Ciências sociais e transferiu para economia; 10) optou por influência da irmã que era economista; 11) por influência dos colegas de trabalho, por isso decidiu por economia, como um complemento as atividades que exerce; 12) cursou administração e economia ao mesmo tempo, economia serviu como um complemento; 13) buscou o curso como um complemento ao lado profissional; 14) pelo trabalho, buscou o curso com o objetivo de ascensão profissional na sua empresa;

Podemos afirmar que muitos que buscaram o curso com a intenção de ter um diploma de curso superior, na realidade foram atraídos pelo baixo índice candidato vaga (isto ficou subentendido nas respostas), este fator na nossa opinião contribui para os altos índices de desistência dos alunos no decorrer do curso, pois os mesmos muitas vezes não estão preparados para acompanhar o conteúdo das disciplinas e não gostam verdadeiramente de economia.⁷

4.1.2. Análise das atividades exercidas pelos Egressos

O aproveitamento dos conhecimentos aprendidos no curso é bom, 46,55% dos economistas utilizam os conhecimentos adquiridos no curso, 17,25 % não utilizam, 36,20% utilizam parte dos conhecimentos adquiridos em seus trabalhos.

Quanto à questão de exercício profissional, 34,5% dos graduados trabalham como economistas (ou foram enquadrados como economistas nas suas empresas) e 65,5% não exercem a profissão para qual foram habilitados.

Conforme pode-se perceber com a análise da tabela 3, ocorre um decrescimento no exercício profissional ao longo dos anos, com exceção de 1996, quando ocorre uma elevação, justificada pela presença de três autônomos (cálculo trabalhista, projetos e perícia) e uma empregada de empresa estatal que são economistas.

TABELA 3

Economistas que exercem o exercício profissional e os que não exercem as atividades profissionais de economista

respostas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL
sim	7	3	2	1	1	1	4	1	20
não	4	1	6	4	3	7	3	10	38
total	11	4	8	5	4	7	7	11	58
% econ.	63,0	75,0	25,0	20,0	25,0	12,5	57,0	9,0	34,48

fonte: resposta dos questionários

Ainda que haja uma variedade muito grande de atividades desempenhadas pelos egressos, podemos destacar: **onze** responderam que fazem análise de investimentos e de aplicações financeiras, **quatorze** fazem estudos e pesquisas de mercado, **onze** fazem pesquisas e diagnósticos econômicos, **vinte e um** fazem análise administrativa e programação contábil das empresas e **trinta e dois** responderam que exercem outras atividades tais como: 1) planejamento administrativo; 2) finanças; 3) racionalização de custos; 4) comentários de economia; 5) assessoria na área de marketing e produção; 6) temos sete economistas que desempenham o ensino acadêmico (na administração, nas disciplinas de teoria política e técnicas em pesquisa, na área micro e macroeconômica); 7) auditoria; 8) setor financeiro; 9) possui um escritório de contabilidade; 10) assessoria econômica

referente a análise de balanço; 11)secretária executiva numa agência de turismo;12) comissário de polícia; 13)perícia, custos e planejamento; 14) índices; 15)dois egressos trabalham com informática; 16) matemática financeira; 17) cálculo trabalhista; 18) nove pessoas que se formaram em economia mas não desempenham nenhuma atividades da área econômica .

Ao analisarmos as atividades exercidas pelos egressos, constatamos que muitas destas estão mais relacionadas à administração e à parte contábil das empresas ou seja, envolve mais os aspectos microeconômicos. Em nossa pesquisa temos a presença de atividades como: assessoria, auditoria e perícia, neste ponto ocorre uma falha muito grande do curso de economia pois estas disciplinas não fazem parte da grade curricular.

4.1.3. Análise das ocupações exercidas pelos egressos e os cursos realizados após a graduação

Após o término do curso, 53,45% dos entrevistados fizeram cursos de pós-graduação (alguns chegaram a fazer mais de um curso) e 46,55% não fizeram nenhum tipo de curso depois da graduação.

Entre os cursos mais realizados pelos formados podemos destacar: sete cursaram um outro curso de graduação, um fez curso de atualização, aperfeiçoamento e treinamento (oferecido pela empresa), quatorze fizeram cursos de especialização, quatorze fizeram mestrado e uma fez doutorado. Percebemos o estímulo que muitos tiveram depois de concluir o curso de economia para prosseguir seus estudos. Outro fator, associado mais ao aspecto dos que cursaram uma outra graduação, parece-me que alguns destes realmente não sabiam o que queriam (por serem muito novos) quando entraram no curso de economia e acabaram mais tarde optando por outras graduações como: três egressos cursaram ou estão cursando direito, três egressos cursaram ou estão cursando administração e uma esta cursando odontologia (voltada par a área de biotecnologia). Segue-se depoimentos que confirmam nossa análise:

“Entrou no curso desenformada, não tinha idéia do que a esperava”

“era muito novo só tinha 18 anos, não sabia realmente o que queria, acabou optando por economia pelo baixo índice candidato vaga”.

A tabela 4 nos mostra a ocupação principal dos egressos por ano de formatura, dos totais gerais temos: 27,6% são servidores públicos, 12,07% são professores (dois trabalham em universidades públicas, federal e estadual e os demais trabalham em universidades privadas), 5,2% são empresários, 24,1% são empregados de empresa privada, 17,24% empregados de empresa estatal, 7% são autônomos, 3,45% estão desempregados (uma está desempregada voluntariamente) e 13,8% exercem outras ocupações como: sócia de uma empresa de qualidade; analista de economia; assessoria na área de marketing e produção três egressos estão cursando o mestrado da UFSC (dois trabalham em outras atividades) e temos dois bancários.

TABELA 4
Ocupação Principal Dos Egressos por Ano de Formatura

ocupações	90	91	92	93	94	95	96	97	total
servidor público	4	1	2		1	2	1	5	16
professor	1	2	2	1		1			7
empresário	1		1				1		3
empregado de empresa privada	1	2	1	3	2	3	1	1	14
empregado de empresa estatal	4		2	1			1	2	10
autônomo			1		1		2		4
desempregado						1		1	2
outros*	1	2				1	1	3	8
total	12	7	9	5	4	8	7	12	64

fonte: resposta dos questionários

* a soma dará 64, em vez de 58 porque alguns egressos exercem mais de uma atividade.

Temos no total na pesquisa a presença 48,3% de funcionários públicos. A grande maioria destes já trabalhavam no serviço público quando adentraram ao curso e continuaram em seus respectivos empregos.

4.1.4. Análise dos níveis dos cargos exercidos pelos egressos

Quanto ao cargo que ocupa na empresa 43,6 % conseguiram ser enquadrados no nível superior, 18,2% exercem cargos de gerência, 29,1% são técnicos administrativos e 9,1% estão no nível intermediário.

Constatamos 38,2% (vinte e um entrevistados) dos entrevistados não conseguiram ser enquadrados como nível superior, os funcionários públicos tiveram seus rendimentos deteriorados por mais de quatro anos sem aumentos, além de ter sido reduzida a escala de promoções em termos de hierarquia funcional. Quanto ao setor privado constatamos que muitos trabalham em empregos inferiores à sua qualificação.

Esta realidade já havia sido observada Singer (1998:72) “o número de pessoas que tem o curso secundário e além cresceu muitíssimo, mas do mesmo modo cresceu o número daqueles que estão excluídos dos postos correspondentes na estrutura de classe. Muitos deles se tornam desempregados ou aceitam trabalho para a qual a sua escolaridade é claramente excessiva”.

TABELA 5

NÍVEIS DOS CARGOS EXERCIDOS PELOS EGRESSOS

NÍVEIS DOS CARGOS	90	91	92	93	94	95	96	97	total
intermediário	1					1		3	5
técnico administrativo	1		1	2	1	5	3	3	16
gerencial	2	1	3	2	1			1	10
superior	7	3	4	1	2	1	4	2	24
total	11	4	8	5	4	7	7	9	55

fonte : resposta dos questionários

Quanto a exigência de nível superior para as ocupações, 65,45% dos egressos disseram que suas empresas exigem nível superior para os cargos exercidos, contra 34,55% que disseram que as empresas não exigem nível superior para os cargos exercidos.

As empresas tem exigido maior nível de qualificação dos empregados, ou por ter uma oferta maior de empregados qualificados, tem optado pela escolha de graduados dos cursos superiores. Os empregados que tem um diploma de curso superior, apresentam um rendimento em termos produtivos, muito maior do que aqueles que tem somente a

educação secundária. Para as empresas torna-se interessante contratar esse tipo de profissional, pois muitos deles mesmo não exercendo diretamente a função de economistas, acabam exercendo-a indiretamente, pois na maioria das vezes é impossível não utilizar os conhecimentos adquiridos no curso da execução do trabalho diário. Esta qualificação não reconhecida, mais utilizada, representa a apropriação indevida do trabalho dos trabalhadores, trabalho que não é pago pelos empregadores.

4.1.5. Análise do tempo médio de início das atividades profissionais

Dos entrevistados 59 % continuaram nos empregos anteriores a formatura e 41% conseguiram trabalho ou mudar de emprego depois de formados

Percebemos que muitos egressos buscaram o curso de economia com intenção de melhorar seus horizontes profissionais, pois 33 egressos já trabalhavam e continuaram em seus respectivos empregos após a formatura.

Conforme pode ser visto na tabela 6, dos 23 pesquisados (que iniciaram suas atividades após a formatura) 45,45% levaram menos de seis meses para conseguir emprego, 9,1% entre seis a doze meses, 13,6% entre um e dois anos, 27,3% mais de dois anos e 4,5% nunca exerceram a profissão.

TABELA 6
TEMPO MÉDIO DE ÍNICIO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

tempo médio/ ano de form	90	91	92	93	94	95	96	97	total
menos de seis meses		2		1	1	4	2		10
entre seis a doze meses			1			1			2
entre um a dois anos	1		1				1		3
mais de dois anos		1	2	2			1		6
nunca exerceu a profissão					1				1
total	1	3	4	3	2	5	4	-	22

fonte : resposta dos questionários

*1 resposta em branco, porque mudou de emprego depois da formatura

4.1.6 Análise das dificuldades encontradas para trabalhar como economista e os motivos para não exercer a profissão

Entre as principais dificuldades encontradas para trabalhar como economista (a questão admite a possibilidade de mais de uma resposta) apontadas pelos egressos estão: **dez** responderam que uma das maiores dificuldades encontradas para trabalhar como economista é a inexperiência, **dezoito** responderam que existe pouca oferta de empregos no mercado, **seis** que existem dificuldades de competir com profissionais de outras áreas que trabalham em áreas reservadas para os economistas (principalmente os engenheiros, contadores e advogados), **trinta e um** responderam que uma das maiores dificuldades no acesso ao mercado de trabalho é a falta de prática, pois o curso por ser muito teórico, não oferece a formação adequada para as atividades profissionais e quatro consideram outros fatores: 1) formações complementares que não cabem ao curso dar (por exemplo: idiomas e informática), 2) dificuldade de inserir os conhecimentos aprendidos no curso no trabalho; 3) curso fora da realidade do mercado sentiu o preconceito de algumas empresas pelo fato de ser formada pela UFSC, 4) falta uma atuação mais forte do Corecon, o conselho dos economistas é inoperante; **três** egressos não souberam responder a questão, porque efetivamente não procuraram outros empregos.

Analisando as respostas, podemos concluir que existe muita angústia entre os egressos, pois ao se depararem com a realidade do mercado, constatam que existem poucas ofertas de emprego, muitos profissionais de outras áreas exercem as atividades que seriam reservadas para os economistas, muitas empresas impõem exigências na contratação dos recém formados e pela falta de prática, muitos não se sentem devidamente preparados para exercerem as atividades profissionais. Esta questão ficou patente no seguintes depoimentos:

“o problema do curso é o mercado de trabalho, existem poucas ofertas de emprego”

“ muitas empresas exigem comprovação de experiência de no mínimo dois anos”

“o curso é muito teórico, não sabia como atuar como economista”, ou ainda, “o curso é bom e exige bastante do aluno, mas depois de formado o aluno não consegue sentir-se seguro sobre os seus conhecimentos”

“como classe o economista não tem poder, na empresa na qual trabalho tem uns 30 engenheiros ocupando a função que seria dos economistas”

Entre os motivos por quais os egressos não exercem a profissão de economista podemos destacar (a questão admite a possibilidade de mais de uma resposta):

Quatorze alegaram falta de oportunidade pois procuraram mas não encontraram ofertas de trabalho. Este fator está associado a pouca oferta de empregos no mercado citada na parágrafo acima.

Quatro disseram que optaram por uma profissão melhor remunerada, como pode ser constatado nos depoimentos abaixo:

“o problema é que as empresas pagam muito pouco e não querem enquadrar o empregado como economista”

Um dos entrevistados que é formado em administração, economia e fez mestrado na engenharia de produção, fez a seguinte declaração : “poderia trabalhar como economista, mas em função da competição iria trabalhar muito mais, para ganhar o mesmo nível salarial, obtido na minha empresa”

Onze egressos disseram que não exercem a profissão por desinteresse, pois não procuraram emprego na área (como muitos já tinham seus empregos garantidos, nem se deram ao trabalho de procurar empregos alternativos),

Três se decepcionaram demasiadamente com o curso e por isso desistiram da busca do exercício profissional;

Uma entrevistada está desempregada mas continua procurando emprego na área

E sete alegaram outros motivos como:

1) poderia trabalhar como economista com o pai (que é economista) mas não quer, prefere trabalhar no seu restaurante; 2) se considera economista em parte, porque trabalha com auditoria(realmente alguns egressos nem sabem as funções de um economista) ; 3) prefere trabalhar com publicidade; 4) se decepcionou demasiadamente com o curso, esperava muito mais; 5)interessado somente no aspecto profissional, queria a ascensão na empresa na qual

trabalha; 6) gosta de economia, mas seu objetivo é prestar concursos, 7) se considera antes de economista, um professor.

Ao analisar as respostas concluímos que muitos buscaram o curso com a intenção de conseguirem a ascensão funcional em suas empresas ou com o objetivo de ter um diploma de curso superior para prestar concursos, para muitos o emprego público representa garantias salariais, estabilidade e horários fixos de trabalho (um dos entrevistados, nos disse, que cursou durante dois anos um curso preparatório para concursos públicos). Para nós o fator mais grave, encontrado nesta pesquisa é que não existe a função de economista nas empresas privadas de Florianópolis. Segue um depoimento que demonstra esta realidade:

“...não existe a função de economista nas empresas de Florianópolis. Você é classificado como técnico administrativo e no entanto utiliza os conhecimentos de economista”

Podemos concluir que apesar da qualificação técnica e produtiva dos economistas, não estão sendo gerados empregos de forma a absorver este tipo de profissional em Florianópolis. Cabe perguntar então o que aconteceria então se tivéssemos um índice alto de formados no curso, ou melhor, uma oferta maior de economistas no mercado de trabalho?

4.1.7 Análise comparativa entre ocupação e renda

Como pode ser visto na tabela 7, dos cinquenta e cinco entrevistados que recebem salários, 9,1% recebem até cinco salários mínimos, 29,1% recebem de cinco a dez salários mínimos, 16, 4% recebem de dez a quinze salários mínimos, 23,6% recebem de quinze a vinte salários mínimos, 16, 4% recebem de vinte a trinta salários mínimos e 5,4% recebem acima de trinta salários mínimos.

Ao analisar os níveis salariais por ano de formatura, percebemos uma distribuição mais equânime dos salários no sub-período compreendido entre 90-93 e uma distribuição mais concentrada no sub-período de 94-97.

TABELA 7**Faixa de renda mensal segundo ano de formatura**

sal/mínimos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL
ATÉ 5					1	2	2		5
5 - 10	2		1	2	1	3	1	6	16
10 - 15		2	1	1	1	2	1	1	9
15 - 20	4		4	1			2	2	13
20 - 30	5		1	1	1		1		9
ACIMA 30		2	1						3
TOTAL	11	4	8	5	4	7	7	9	55

fonte: resposta dos questionários

Conforme pode ser analisado ao observamos as tabelas 8 e 9, apesar de o setor privado ser aquele que tradicionalmente paga salários mais baixos, não existem diferenças tão significativas entre os setores, podemos perceber em nossa pesquisa que está ocorrendo uma deterioração dos salários dos servidores públicos, principalmente dos servidores estaduais, os quais estão entre aqueles que percebem os menores salários (dois ganham até cinco salários mínimos e seis ganham de cinco a dez salários mínimos). Os profissionais liberais como os autônomos e empresários em início de carreira tem seus rendimentos bastante reduzidos.

TABELA 8**COMPARAÇÃO DE SALÁRIOS ENTRE SETORES**

Setor/ sal. mínimos	Até cinco	de 5 a 10	de 10 a 15	de 15 a 20	de 20 a 30	acima de 30
Setor público	2	8	3	8	5	1
setor privado	3	8	6	5	4	2
TOTAL	5	16	9	13	9	3

fonte: resposta dos questionários

TABELA 9
COMPARAÇÃO ENTRE OCUPAÇÃO E RENDA OBTIDA

ocupações / sal.mínimos	até 5	de 5 -10	de 10-15	de 15-20	de 20 -30	acima 30
servidor público	2	6	1	3	3	1*
professor		1	2		2	1*
empresário	1			1	1	
empregado de empresa privada	1	7	3	2		1*
empregado de empresa estatal		2	1	5	2	
autônomo	1		1	1		
desempregado						
outros			1	1	1	
TOTAL	5	16	9	13	9	3

fonte : pesquisa da autora

*exercem mais de uma atividade como: ensino acadêmico, assessoria, analista de economia e escritório de contabilidade

Quanto à questão do tempo médio que os egressos levaram para conseguir emprego após a formatura, nota-se ao analisarmos a tabela 10, que não podemos associar salários maiores ao adiamento na entrada no mercado de trabalho . Percebemos que ocorre uma distribuição em termos de renda semelhante entre aqueles que levaram mais tempo para conseguir emprego (pois adiaram a sua entrada no mercado de trabalho, para cursarem mestrado) e aqueles que conseguiram empregar-se em menos de seis meses. O fator associado a esta análise é o tempo médio de atuação no mercado de trabalho, egressos mais antigos ganham melhores salários e a situação dos egressos em termos de hierarquia funcional.

A Grande dificuldade em termos salariais resulta das condições conjunturais brasileiras, que atingiram de forma mais acentuada os funcionários públicos e a discriminação contra o trabalho feminino, pois percebemos, que estas estão entre as que apresentam as maiores dificuldades para receberem uma remuneração mais elevada. Esta questão será melhor aprofundada no capítulo V.

TABELA 10

Comparações Entre O Tempo Médio Para Conseguir Emprego E O Nível Salarial Obtido

sal/mínimos	até 6 meses	de 6 a 12	de 12 a 24	mais de 2 anos	nunca exerceu
até 5	1			1	
de 5 a 10	4		1	2	
de 10 a 15	1	1	2		
de 15 a 20	1			1	
de 20 a 30	1			1	1
acima de 30	1	1		1	
Total	9	2	3	6	1

fonte: pesquisa da autora

*uma resposta em branco, porque trabalhava quando se formou e conseguiu mudar de emprego e outra trabalhava quando se formou mas atualmente está desempregada

4.1.8 .Análise das vantagens da formação acadêmica

A maior parte dos entrevistados 67,3% considera que um aumento nos níveis educacionais é um diferencial importante que resultam em melhores condições salariais e 32,7% obteriam o mesmo nível de renda somente com o 2º grau.

Entre as principais vantagens da formação acadêmica na visão do egressos (a questão admite a possibilidade de escolha de mais de uma alternativa) podemos destacar: **quarenta e sete** adquiriram conhecimentos gerais sobre a economia e com isso melhoraram sua compreensão sobre a sociedade, **trinta e seis** adquiriram conhecimentos novos e importantes, ainda que não diretamente aplicáveis em seus trabalhos, **dezesseis** obtiveram ganhos financeiros mais altos bem como também conseguiram ascensão profissional em suas respectivas empresas e **quatro** conseguiram mudar de emprego. Para os egressos que conseguiram ascensão profissional em suas empresas e remunerações mais elevadas, os preceitos da teoria do capital humano funcionaram perfeitamente.

O fator mais importante ao nosso ver da formação acadêmica, são os conhecimentos adquiridos que resultam em ganhos fundamentais para a formação do indivíduo enquanto ser humano.

CAPÍTULO V

5. ANÁLISE DAS DIFERENÇAS EXISTENTES ENTRE OS ECONOMISTAS DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO

Neste capítulo temos como objetivo fazer uma comparação de gênero, ou seja, iremos analisar as diferenças existentes entre homens e mulheres, em termos de faixa salarial, ocupações, cargos exercidos, tempo médio de entrada no mercado de trabalho, setores, entre economistas que exercem o exercício profissional e os que não exercem, para saber se existe diferenças significativas entre os mesmos.

Temos em nossa pesquisa 31 homens e 27 mulheres. Temos, vinte egressos que exercem a profissão de economistas, sendo onze homens e nove mulheres, dos economistas que não exercem o exercício profissional temos no total 38 egressos, sendo vinte homens e dezoito mulheres.

Como se pode ver na tabela 11 a distribuição de homens e mulheres por faixa de salários apresenta grandes diferenças. Podemos perceber que as mulheres se concentram na faixa salarial de cinco a dez salários mínimos (52%) e os homens se concentram na faixa salarial de quinze a vinte salários mínimos (36%). Dos trinta homens pesquisados que recebem salários, 80% estão na faixa salarial correspondente entre dez a trinta salários mínimos e das 25 mulheres que recebem salários, 72% destas ganham até quinze salários mínimos.

Quanto à distribuição salarial em termos de período constatamos que no sub-período de 90 a 93, 100% dos homens recebem acima de dez salários mínimos e quanto as mulheres, 38,5% destas recebem de cinco a dez salários mínimos e 61,5% recebem acima de dez salários mínimos, no sub-período de 94 a 97, 60% dos homens recebem até dez salários mínimos e 40% destes recebem de quinze a trinta salários mínimos e em relação as mulheres 100% destas recebem até quinze salários mínimos.

TABELA 11**Faixa De Renda Mensal De Homens e Mulheres por período de formatura**

PERÍODOS	1990 A 1997		1990 A 1993		1994 A 1997	
Salários Mínimos	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Até Cinco	2	3			2	3
De Cinco A Dez	3	13		5	3	8
De Dez A Quinze	7	2	3	1	4	1
De Quinze A Vinte	11	2	7	2	4	
De Vinte A Trinta	6	3	4	3	2	
Acima De Trinta	1	2	1	2		
TOTAL	30	25	15	13	15	12

fonte: pesquisa da autora

Se todos são economistas, então porque existem diferenças tão significativas entre os sexos? Como a teoria do capital humano explicaria tamanha incoerência?

Sabe-se que as mulheres sofrem uma discriminação, que se reflete em termos de salários menores, ainda quando suas funções e qualificações sejam iguais às dos homens. E isto parece estar acontecendo no universo pesquisado.

Em relação aos níveis dos cargos exercidos por homens e mulheres, conforme pode ser visto na tabela 12, os homens conseguem superar as mulheres em termos de hierarquia funcional. Temos treze (52%) mulheres que exercem cargos gerenciais e de nível superior, contra vinte e um (70%) homens que exercem cargos gerenciais e de nível superior. Quanto aos cargos técnicos o número é igual para ambos os sexos (8-8) e quanto aos cargos intermediários, temos 20% das mulheres exercendo cargos de nível intermediário e somente 3,34% dos homens nesta situação.

Quanto as cargos exercidos pelos não economistas temos 57,9% dos homens exercendo cargos gerências e de nível superior contra 31,25% das mulheres exercendo cargos gerências e de nível superior . Quanto aos cargos de nível técnico o número é igual

para ambos os sexos (7-7) e quanto aos cargos de nível intermediário temos 25% das mulheres exercendo cargos de nível intermediário e somente 5% homem nesta situação .

Quanto aos cargos exercidos pelos economistas, 90,1% do homens exercem cargos gerências e de nível superior e 88,9% das mulheres exercem cargos gerências e de nível superior. Temos somente um homem e uma mulher exercendo cargos técnicos(sendo que ambos tem a perspectiva de serem promovidos em seus empregos).

TABELA 12

Níveis Dos Cargos Exercidos Por Homens E Mulheres

cargos/ egressos	total geral		economistas		não-economistas	
Cargos Exercidos	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
nível intermediário	1	4			1	4
técnico-administrativo	8	8	1	1	7	7
gerencial	6	4	1	1	5	3
nível superior	15	9	9	7	6	2
TOTAL	30	25	11	9	19	16

fonte: resposta dos questionários

Ao analisarmos a tabela 13 quanto aos economistas percebemos que ocorre uma distribuição bastante linear em termos de salários femininos. Destas, 33,34% destas ganham até dez salários mínimos e 66,66% destas ganham acima de quinze salários. Em relação aos homens, 36,4% destes ganham até quinze salários mínimos e 63,6% destes ganham de quinze a trinta salários mínimos.

Quanto aos economistas que não exercem a profissão podemos perceber que 42,1% dos homens recebem até quinze salários mínimos e 57,9% recebem acima de quinze salários mínimos. Quanto as mulheres, 93,75% destas recebem até quinze salários mínimos e 6,25% destas recebem de quinze a vinte salários mínimos.

TABELA 13

Comparação de Renda entre Homens e Mulheres que exercem o Exercício profissional e os não exercem , no período de 90-97

renda	economistas		não economistas		Total	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Até Cinco	1	1	1	2	2	3
De Cinco A Dez		2	3	11	3	13
De Dez A Quinze	3		4	2	7	2
De Quinze A Vinte	6	1	5	1	11	2
De Vinte A Trinta	1	3	5		6	3
Acima De Trinta		2	1		1	2
TOTAL	11	9	19	16	30	25

fonte: pesquisa da autora

*um dos egressos é mestrando não recebendo bolsa, e temos dois desempregados

Ao analisarmos as tabelas 14 e 15, percebemos que ocorre uma concentração dos homens no setor público correspondendo a um total de 56,25% e uma concentração da mulheres no setor privado correspondendo a 68,75% do total das pesquisadas.

Em relação aos economistas, 50% dos homens trabalham no setor público e 50% trabalha no setor privado, quando as mulheres, 40% trabalha no setor público e 60% trabalha no setor privado.

Quanto aos não economistas, 63, 2% trabalha no setor público e 36,8% trabalha no setor privado, quanto as mulheres, 37,5% destas trabalham no setor público e 62,5% trabalham no setor privado.

Tabela 14
Ocupação entre homens e mulheres por setores

setor/egressos	total geral		economistas		não economistas	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Por Setor						
Setor público	18	10	6	4	12	6
Setor privado	14	22	6	6	7	10
total	32	32	12	10	19	16

fonte : pesquisa da autora

*ao separar a amostra por economistas e não economistas não contamos aqueles que exercem mais de uma atividade no setor privado

TABELA 15
OCUPAÇÃO DOS EGRESSOS

ocupações dos egressos	total geral		economistas		não economistas	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
ocupações						
servidor público	9	7	2	1	7	6
professor	2	5	1	5	1	
empresário	2	1	1	1	1	
empregado de empresa privada	3	11	1	1	2	10
empregado de empresa estatal	8	2	3	2	5	
autônomo	4		3		1	
desempregado		2				2
outros*	4	4		3	4	1
total	32	32	11	13	21	19

fonte : pesquisa da autora

Analisando a tabela 16 constatamos que 70% de homens e 46,2% de mulheres continuaram nos seus empregos anteriores após a formatura,. Daqueles que conseguiram empregar-se ou mudar de trabalho após a conclusão do curso, temos 30% de homens e 53,8% de mulheres. Os economistas que exercem o exercício profissional e que continuaram nos seus empregos anteriores a formatura temos 82,8% de homens e 44,45% de mulheres. Daqueles que conseguiram emprego ou mudar de trabalho após a formatura temos 18,2% de homens e 55,55% de mulheres. Quanto aos economistas que não

exercem a profissão, mas que continuaram nos seus empregos após a formatura temos 63,2% de homens e 47% de mulheres . Daqueles que conseguiram emprego ou mudar de trabalho após a formatura temos 36,8% de homens e 53% de mulheres.

TABELA 16

Egressos Que Trabalhavam ou Não No Mesmo Lugar Antes De Se Formar

formados em 90-97	total geral		economistas		não economistas	
respostas	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
SIM	21	12	9	4	12	8
NÃO	9	14	2	5	9	9
TOTAL	30	26	11	9	19	17

fonte : pesquisa da autora

TABELA17

Tempo Médio De Início Das Atividade Profissional, Após A Formatura

tempo médio/egressos	total geral		economistas		não economistas	
em meses	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
menos de seis meses	2	8		2	2	6
entre seis e doze meses	2		1		1	
entre um e dois anos	2	1	1	1	1	
mais de dois anos	2	4	1	2	1	2
nunca exerceu a profissão	1				1	
TOTAL	9	13	3	5	6	8

fonte: resposta dos questionários

*1 resposta em branco, pois mudou de emprego depois de formada

Conforme pode ser visto na tabela 17 quanto ao tempo médio de início das atividades profissionais, após a formatura temos no total treze mulheres e nove homens. As mulheres tem mais facilidade para conseguir empregos, 61,5% delas conseguiram empregar-se em menos de seis meses, 7,7% destas levaram entre um a dois anos para empregar-se e 30,8% destas levaram mais de dois anos para empregar-se. A distribuição masculina é bastante linear, 22,2% destes levaram menos de seis meses para empregar-se, 22,2% destes levaram entre seis a doze meses para empregar-se, 22,2% levaram entre um a

dois anos para empregar-se , 22,2% destes levaram mais de dois anos para empregar-se e 11,2% destes nunca exerceram a profissão. Para não sermos enfadonhos, a análise em relação aos economistas que exercem a profissão e aqueles que não exercem o exercício profissional é bastante semelhante, com exceção das mulheres que não exercem o exercício, 75% destas levaram menos de seis meses para empregar-se.

5.1. Análise Comparativa entre média de aproveitamento, níveis salariais, cargos e cursos realizados

Ao fazermos uma comparação em termos de média de aproveitamento, níveis salariais, cargos ocupados na empresa, cursos realizados após a graduação e ocupação dos egressos, podemos destacar:

- Três egressos ganham acima de trinta salários mínimos e estes além de exercerem mais de uma função, estudaram mais fazendo cursos como uma outra graduação, especialização e mestrado.
- nove ganham de vinte a trinta salários mínimos, 44,45% destes não fizeram nenhum tipo de cursos após a graduação e 55,55% fizeram cursos como uma outra graduação, especialização, mestrado e doutorado.
- Treze ganham de quinze a vinte salários mínimos, 30,8% destes não fizeram nenhum tipo de curso após a graduação e 69,2% fizeram cursos como outra uma graduação, especialização e mestrado.
- Nove ganham de dez a quinze salários mínimos, 44,45% destes não fizeram nenhum tipo de curso após a graduação e 55,55% fizeram cursos como uma outra graduação, especialização e mestrado.
- Dezesseis ganham de cinco a dez salários mínimos, 75% destes não fizeram nenhum tipo de curso depois da graduação e 25% fizeram cursos como uma outra graduação e mestrado.
- Cinco ganham até cinco salários mínimos, 60% não fizeram cursos e 40% cursaram uma outra graduação e mestrado.
- Quanto aos egressos que foram enquadrados em cargos gerências e de nível superior, 59% destes fizeram cursos de pós graduação e 41 % permaneceram somente com a graduação em economia.

Ao associarmos os cargos gerências e de nível superior com o rendimento recebido, entre homens e mulheres constatamos que os rendimentos se distribuem da seguinte forma: os homens: um ganha até cinco salários, seis ganham de dez a quinze, nove ganham de quinze a vinte salários e cinco ganham de vinte a trinta salários, as mulheres: uma ganha até cinco salários, quatro ganham de cinco a dez salários, uma ganha de dez a quinze salários, duas ganham de quinze a vinte salários, três ganham de vinte a trinta e duas acima de trinta salários mínimos. Concluimos que 42,8% dos homens que exercem cargos gerências e de nível superior ganham entre quinze a vinte salários mínimos e 30,8% das mulheres ganham de cinco a dez salários mínimos.

Para alguns dos egressos mais educação representou salários bastante altos, entretanto vale destacar, que alguns tem uma jornada dupla de trabalho, trabalhando constantemente mais de 14 horas por dia. Em conversa com uma das entrevistadas, que por sinal exerce mais de uma atividade e ganha acima de trinta salários mínimos, a mesma declarou: “tem dias que chego a trabalhar de 15 a 16 horas” outro entrevistado que está na mesma situação, disse-me que “estava cansado, pois tinha um horário muito exaustivo de trabalho”.

Existe um crescimento considerável nos níveis educacionais (reflexo de um mercado cada vez mais seletivo e competitivo) em contrapartida, ocorre um crescimento em escala constante nos níveis salariais, ou seja, quando os salários chegam a determinado nível se estabilizam.

Não estamos querendo desmotivar os alunos de economia, ou passar a idéia que não vale a pena estudar, mas está ocorrendo uma deterioração nas condições de trabalho, deterioração que foi agravada pela conjuntura econômica brasileira pós plano real.

Resumindo, nem sempre se pode correlacionar salários com o desempenho no curso, temos egressos com baixo desempenho no curso que apresentam bons níveis salariais e egressos com um bom desempenho no curso que apresentam níveis salariais baixos. O que percebemos ao agrupar os egressos por sexo é que as mulheres apresentam um índice de aproveitamento mais alto que os homens. Mesmo apresentando, teoricamente, um

currículo melhor que o masculino, continuam sendo discriminadas e recebendo salários inferiores.

CAPITULO VI

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusão

Analizando os resultados da pesquisa que foi desenvolvida com os egressos de Ciências econômicas, podemos concluir, que a maioria dos entrevistados (67,24%) consideram o curso bom, entretanto não tiveram suas expectativas plenamente satisfeitas. O curso é criticado por ser muito teórico e distante da “prática”, ou seja, da realidade das atividades profissionais desenvolvidas por um economista.

Ocorre uma dificuldade de compatibilizar os conhecimentos que são oferecidos no curso com o que o mercado requer (matemática, contabilidade, estatística, etc).

Quanto ao exercício profissional 34,5% trabalham como economistas e 65,5% não exercem a profissão para a qual foram habilitados.

Ao analisarmos as atividades exercidas pelos egressos constatamos que muitas estão relacionadas a administração e a parte contábil das empresas, abrangendo mais os aspectos micro econômicos. Temos em nossa pesquisa a presença de atividades como assessoria, auditoria e perícia, neste ponto, verificamos uma deficiência do curso de economia, pois estas disciplinas não fazem parte da grade curricular.

Em relação à ocupação principal dos entrevistados 48,3% são funcionários públicos e 48,3% trabalham no setor privado, temos 3,4% de desempregados.

Quanto aos cargos ocupados 61,8% exercem cargos de níveis gerências e superior e 38,2% exercem cargos técnicos e de nível intermediário.

Para as empresas torna-se interessante contratar este tipo de profissional, pois muito deles, mesmo não exercendo diretamente as funções de economistas, acabam exercendo

indiretamente. Esta qualificação não reconhecida, mas, utilizada, representa a apropriação do trabalho dos trabalhadores, trabalho que não é pago pelos empregadores.

Dos entrevistados, 59% continuaram nos empregos anteriores a formatura e 41% conseguiram trabalho ou mudaram de emprego.

Existe muita angústia entre os formados, pois ao se depararem com a realidade do mercado constatarem que existem poucas ofertas de emprego e que muitos profissionais de outras áreas acabam exercendo as atividades reservadas para os economistas e pela falta de prática não conseguem sentir-se seguros em relação ao exercício profissional.

Apesar da qualificação técnica e produtiva dos economistas, não estão sendo gerados empregos de forma a absorver este tipo de profissional em Florianópolis. Num quadro de clara estagnação econômica, esta situação, tem tudo para estender-se por mais tempo.

A distribuição de homens e mulheres por faixa de salário apresenta grandes diferenças. Podemos perceber que 52% das mulheres se concentram na faixa salarial de cinco a dez salários mínimos e 36% dos homens se concentram na faixa salarial de quinze a vinte salários mínimos. Dos trinta homens pesquisados que recebem salários 80% estão na faixa salarial correspondente entre dez a trinta salários mínimos e das vinte e cinco mulheres que recebem salários, 72% destas percebem até quinze salários mínimos.

Apesar da qualificação superior as mulheres continuam sofrendo discriminações, que se reflete em termos de salários menores, ainda que suas funções e qualificações sejam iguais às dos homens.

Os homens superam as mulheres em termos de hierarquia funcional. Apesar de não existir diferenças tão significativas entre ambos.

Os egressos que exercem a profissão de economistas (ou foram enquadrados como economistas nas empresas públicas), conseguem salários mais elevados.

Percebemos uma concentração dos homens no setor público correspondendo a 56,25% destes e uma concentração das mulheres no setor privado, correspondendo a 68,75% destas.

Dos egressos que continuaram nos seus empregos após a formatura temos 70% de homens e 46,2% de mulheres.

Em relação ao tempo médio de início das atividades profissionais, após a formatura, constatamos que as mulheres tem mais facilidade para conseguir emprego, pois 61,5% delas conseguiram empregar-se em menos de seis meses.

O curso de economia da UFSC não leva em conta o indispensável diálogo com o universo real da economia produtiva, ou seja, o curso não está adequado as exigências do mercado e ignora as aspirações da juventude dos alunos por empregos produtivos.

Para muitos mais educação representou salários mais altos e promoção em termos de hierarquia funcional. Neste ponto a teoria do capital humano funcionou perfeitamente, ou seja, o aumento no níveis de qualificação resultaram em salários maiores. Porém vale destacar, que alguns tem jornada dupla de trabalho, trabalhando constantemente mais de 14 horas por dia.

Existe um crescimento considerável nos níveis educacionais (reflexo de um mercado cada vez mais seletivo e competitivo) em contrapartida, quanto aos salários, ocorre um crescimento em escala constante. Ou seja cada vez mais educação para os mesmos níveis salariais e hierárquicos.

E neste aspecto acaba contradizendo a teoria do capital humano, porque um aumento no níveis educacionais não resultaram em um aumento no níveis salariais.

6.2 Recomendações

Algumas recomendações podem ser feitas, no sentido de tentar melhorar o curso de Ciências Econômicas:

- Tentar voltar o curso mais para a prática, o aluno não consegue associar a teoria com a realidade econômica brasileira, neste ponto, torna-se importante sair da sala de aula para visitar algumas empresas;
- Matérias como matemática, análise de balanços e matemática financeira devem ser ministradas por professores economistas, pois somente estes tem a capacidade de relacionar os tópicos da disciplina com exemplos econômicos;
- Um estágio supervisionado obrigatório seria relevante para preparar os alunos para o mercado de trabalho;
- Os alunos devem ser estimulados a se identificar com a profissão, muitas realmente não sabem o que um economista faz , qual a área de atuação, atividades mais desempenhadas, etc.;
- O curso de economia apresenta uma qualidade excepcional na parte teórica, deve-se então melhorar a parte matemática, pois os egressos sentiram a falta desses elementos quando adentraram ao mercado de trabalho;
- Deveria ocorrer na nossa opinião, o vestibular vocacionado, como forma de valorizar o curso e diminuir o alto grau de evasão.
- * Adequar o currículo à realidade do mercado e preparar o curso para os novos tempos de integração econômica regional e globalização em geral.

NOTAS

- ¹. Ver, CONCEIÇÃO, Maurina de Barros, Curso de Ciências Econômicas da UFSC: avaliação do desempenho dos acadêmicos no 2º grau e causas da evasão, 1997, monografia.
- ². O IAP referente a tabela, é dos egressos da pesquisa
- ³. Lei da população de Malthus amplamente aceita por economistas e não economistas do século XIX.
- ⁴. Este assunto, foi bastante discutido no ano de 1998, sob a forma das flexibilizações da leis trabalhistas, para maiores informações ver, Encargos sociais no Brasil, agosto de 1997, DIEESE
- ⁵. Grifos nossos.
- ⁶. Grifos nossos
- ⁷. O estudo de Conceição, encontra resultados semelhantes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONCEIÇÃO, Maurina de Barros, Avaliação do Desempenho dos Acadêmicos no 2º grau e Causas da Evasão. UFSC, 1997, monografia
- Comissão Permanente do vestibular da UFSC - COPERVE, índice candidato vaga
- CAEn – Comissão de avaliação de ensino de Graduação – Relatório de avaliação
- DOBB, Maurice, Os Salários, São Paulo, Editora Cultrix , São Paulo, 1966.
- Htp://WWW.cofecon.org.br. Resultado da pesquisa de 1998.
- MACEDO, Roberto, Os Salários na Teoria Econômica, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1982.
- MARX, Karl, Para a Crítica da Economia Política, Salário, Preço e Lucro, O Rendimento e suas Fontes, Editora Nova Cultural, São Paulo , 1986.
- MARX, Karl, O Capital, O Processo de Produção de Capital, Volume I, Editora Nova Cultural, Rio de Janeiro, 1979.
- MARX, Karl, O Capital, O Processo de Produção de Capital, Volume II, Editora Nova Cultural, Rio de Janeiro, 1979.
- MARX, Karl, O Capital, O Processo de Produção de Capital, Volume II, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- MILL, John Stuart, Princípios de Economia Política, Volume II, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- PINDYCK, Robert S & RUBINFELD, Daniel L., Microeconomia, Editora MAKRON Books, São Paulo, 1994.
- RICARDO, David, Princípios de Economia Política e Tributação, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1982.
- SMITH, Adam, A Riqueza das Nações, Volume I, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983.

ANEXO 1

Questionário aplicado aos Egressos do curso de Ciências Econômicas

1. Nome:-----
2. Ano De conclusão do Curso: 19 -----Semestre: 1º(---)2º(---)
3. O que Achou do Curso? ()Regular ()Bom () Ótimo
4. O curso Atendeu a suas Expectativas? () Sim () Não () Em parte
5. O que levou você a optar pela escolha do curso de economia? (a questão admite mais de uma resposta)
() Para adquirir conhecimentos sobre a economia, melhorando sua compreensão sobre a sociedade
() Para exercer a profissão de economista
() Para ter um diploma de curso superior
() Para obter ganhos financeiros mais altos () outros-----
6. Você utiliza os conhecimentos adquiridos no curso?()Sim () Não () Em parte
7. Você trabalha como economista ? ()Sim () Não
8. Especifique quais as atividades da área econômica que você mais desempenha (a questão admite mais de uma resposta):
() análise de investimentos e de aplicações financeiras
() estudos e pesquisas de mercado
() pesquisas e diagnósticos econômicos
() análise administrativa e programação contábil das empresas
() outros-----
9. Você realizou algum curso depois da graduação? ()Sim () Não
Assinale qual (ou quais) você realizou:
() outro curso de graduação () especialização
() curso de atualização, aperfeiçoamento e treinamento () mestrado () doutorado
10. Assinale a ocupação principal que você exerce?
() servidor público () empregado de empresa privada () desempregado
() professor () empregado de empresa estatal () outros
() empresário () autônomo
11. Qual o cargo que você ocupa na sua empresa?
() nível intermediário () técnico-administrativo () gerencial () nível superior
12. Para este cargo a empresa exige nível superior? ()sim () não

13. Você já trabalhava no mesmo lugar antes de se formar? () Sim () Não.
14. Assinale quanto tempo você levou para iniciar sua atividade profissional, após a formatura (no caso deste ser o seu 1º emprego):
- () menos de seis meses () entre seis e doze meses () entre um e dois anos
- () mais de dois anos () nunca exerceu a profissão
15. Quais foram as dificuldades encontradas para trabalhar como economista?(a questão admite mais de uma resposta)
- () inexperiência
- () pouca oferta de empregos no mercado
- () dificuldade de competir com os profissionais de outras áreas
- () Por se muito teórico o curso não oferece a formação adequada para as atividades profissionais
- () outros-----
16. Assinale a sua faixa de renda mensal (mesmo que não exerça a profissão):
- () até cinco salários mínimos () de quinze a vinte salários mínimos
- () de cinco a dez salários mínimos () de vinte a trinta salários mínimos
- () de dez a quinze salários mínimos () acima de trinta salários mínimos
17. Você em termos financeiros, obteria o mesmo nível de renda, somente com a educação de nível de 2º grau ?
- () Sim () Não
18. Quais foram as vantagens que a formação acadêmica recebida no curso lhe proporcionou (a questão admite mais de uma resposta):
- () conhecimentos novos e importantes, ainda que não diretamente aplicáveis no seu trabalho
- () conhecimentos gerais sobre a economia que melhoraram sua compreensão sobre a sociedade
- () ganhos financeiros mais altos
- () possibilidade de mudar de emprego, melhorando suas condições financeiras
- () a possibilidade de ascensão profissional na empresa que trabalha
19. Se atualmente você não exerce a profissão de economista, assinale os motivos (a questão admite mais de uma resposta)
- () falta de oportunidade, procurou mas não encontrou ofertas de trabalho
- () optou por uma profissão melhor remunerada
- () desinteresse, não procurou emprego na área
- () abandonou por desencanto no exercício profissional
- () continua procurando emprego como economista () outros-----
20. Faça um breve comentário sobre o curso de Economia.

MÉDIA DE APROVEITAMENTO DOS EX-ALUNOS DE ECONOMIA									
1990									
IAP	IAA	média salarial comparada	obtida com IAP	cargo ocupado na empresa	cursos realizados após a graduação	ocupação dos egressos			
2,09	1,69	de quinze a vinte salários	nível superior		especialização	servidor público			
1,91	1,07	de quinze a vinte salários	nível superior		especialização	empregado de empresa estatal			
2,78	2,78	de vinte a trinta salários	nível superior		outra graduação	servidor público			
1,86	1,73	de vinte a trinta salários	técnico administrativo		não fez cursos	servidor público			
3,05	3,05	de vinte a trinta salários	nível superior e gerencial		mestrado	empregado de empresa estatal			
2,03	1,87	de quinze a vinte salários	nível superior e gerencial		não fez cursos	empregado de empresa privada			
2,05	1,95	de vinte a trinta salários	nível superior		não fez cursos	empresário			
2,18	2	de quinze a vinte salários	nível superior		não fez cursos	empregado de empresa estatal			
2,68	2,68	de vinte a trinta salários	nível superior		especialização	empregado de empresa estatal			
2,13	1,95	de cinco a dez salários	nível intermediário		não fez cursos	servidor público			
3,13	3,13	de cinco a dez salários	nível superior		mestrado	professora			
25,89	23,9					e sócia de uma empresa de qualidade			
2,353636	2,172727								
1991									
IAP	IAA	média salarial comparada	obtida com IAP	cargo ocupado na empresa	cursos realizados após a graduação	ocupação dos egressos			
7,36	6,74	de dez a quinze salários	nível superior		outra graduação	empregado de empresa privada			
8,47	8,41	acima de trinta	nível superior e gerencial		mestrado	servidor, professor e analista			
7,81	7,27	de dez a quinze salários	nível superior		não fez cursos	servidor público			
8,17	7,42	acima de trinta	nível superior		especialização e	professora e presta serviços de			
31,81	29,84				mestrado	assessoria			
7,9525	7,46								

7,53	6,84	até cinco salários	técnico administrativo	não fez cursos	empregado de empresa privada
8,06	7,99	de cinco a dez salários	nível superior	não fez cursos	empregado de empresa privada
8,2	8,2	de cinco a dez salários	nível intermediário	não fez cursos	empregado de empresa privada
7,72	5,8	desempregada		out.grad. e espec.	
7,29	6,33	de cinco a dez salários	técnico administrativo	não fez cursos	empregado de empresa privada
7,27	6,74	até cinco salários	técnico administrativo	não fez cursos	servidor público
7,79	7,71	de cinco a dez salários	técnico administrativo	espec. e curs. atual	empregado de empresa estatal
7,68	6,87	até cinco salários	nível superior	outra graduação	empresária e autônomo
8	7,47	de dez a quinze salários	técnico administrativo	mestrado	autônomo
7,65	7,65	de cinco a dez salários	técnico administrativo	especialização	servidor público
7,94	7,8	de cinco a dez salários	nível intermediário	mestrando	servidor público
7,36	6,33	de cinco a dez salários	nível intermediário	não fez cursos	servidor público
7,41	4,65	desempregada		não fez cursos	
7,13	5,44	de cinco a dez salários	técnico administrativo	não fez cursos	servidor público
192,25	174,73				
7,12037037	6,47148148	MÉDIA DAS MULHERES			